



# **Os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet*: evidência empírica nos municípios portugueses**

**Proponente:** Wilson Caleja Pires

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Instituto Politécnico de Bragança

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança

Dissertação de Mestrado

**Orientador:** Professora Doutora Susana Margarida Faustino Jorge

**Co-Orientador:** Dr. Nuno Adriano Baptista Ribeiro

IPB, Novembro 2012





## **Os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet*: evidência empírica nos municípios portugueses**

**Proponente:** Wilson Caleja Pires

**Orientador:** Professora Doutora Susana Margarida Faustino Jorge

**Co-Orientador:** Dr. Nuno Adriano Baptista Ribeiro

IPB, Novembro 2012

## **NOTA DE ESCLARECIMENTO**

Esta tese não segue as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente a partir de janeiro de 2009.

## RESUMO

Apesar dos esforços efectuados para desenvolver um Sistema de Informação eficaz e eficiente na Administração Pública, acompanhados pela aprovação de leis, regulamentos, e a implementação de práticas de divulgação da informação, ainda existe um longo caminho para percorrer. Ao longo dos anos, tem-se notado um atenuar do desequilíbrio entre os países com mais propensão em desenvolver boas práticas de divulgação da informação, na tentativa de uma melhor harmonização na comunicação.

Algumas Instituições, Organismos, e os próprios Governos, ampliaram a ideia de globalização da informação, e da sua divulgação. Este facto levou a que muitos autores estudassem diferentes aspectos da informação divulgada pela Administração Pública, nomeadamente o poder que ela detém para influenciar decisões, desempenhos económicos, políticos, de entre outros. Desta forma, os autores foram desenvolvendo teorias da informação, a teoria da legitimidade, a teoria de agência e a teoria da assimetria de informação, esta última também designada de teorias da sinalização.

O presente estudo tem por objectivo estudar os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet*, pelos municípios portugueses. O estudo assenta na mensuração do nível da divulgação da informação, atendendo aos requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas. O desenvolvimento empírico assenta a análise em sete hipóteses, cinco das quais corroboradas. Obteve-se uma relação estatisticamente significativa entre a divulgação da informação financeira na *Internet* e a dimensão populacional, a ideologia política, bem como o nível de endividamento líquido do município.

Os resultados permitiram também constatar que a informação patrimonial é aquela que é mais divulgada pelos municípios portugueses, embora também se verifique um nível satisfatório no que corresponde à divulgação da informação orçamental e de gestão. Os resultados da relação entre a divulgação da informação e os principais factores explicativos, mostram uma relação positiva para a dimensão populacional, bem como para o endividamento líquido. Porém, a ideologia política apresenta uma relação negativa. Isto significa que nos municípios, onde o partido em exercício seja de Direita, o nível de divulgação da informação não é tão elevado quanto nos liderados por partidos de Esquerda.

Palavras-chave: Divulgação de informação; *Internet*; Municípios; Relato financeiro público.

## ABSTRACT

Despite targeted efforts to develop an information system effective and efficient in public administration, accompanied by the adoption of laws, regulations and an implementation of information disclosure practices, there are still many barriers. Over the years, it has been attenuating the inequality between countries with more likely in developing good practice in information disclosure, it attempt to a better harmonization in communication

Some institutions, organizations, and governments themselves, expanded the idea of globalization of information, and its disclosure. This has led many authors to study different aspects of the information disclosed by the Public Administration, including the power it has to influence decisions, economic performance, political, among others. Thus, the authors have developed theories of information such as the theory of legitimacy, agency theory and the theory of information asymmetry, the latter also called theories of signalling.

The present study aims to investigate the determinants of disclosure of financial information on the Internet, by Portuguese municipalities. The study is based on measuring the level of disclosure, given the requirements that the Court of Auditors highlights. The empirical development provides seven hypotheses, five of which corroborated. We are admitting a statistically significant relationship between the information disclosure and population size, political ideology, and the level of indebtedness of the municipality.

The results also explain the patrimonial information is one that is more widely promoted by Portuguese municipalities, but also ensure a satisfactory level that corresponds to the disclosure of budget and management information. The results of the relationship between the information disclosure and the main explanatory factors, show a positive relation to population size, as well as net debt. However, political ideology has a negative relationship. This means that in municipalities where the party is in exercise of the Right, the level of disclosure is not as high as in led by the Left parties.

Keywords: Information Disclosure, Internet, Municipalities, Public Financial Reporting.

## ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE TABELAS.....	IX
ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS.....	X
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XI
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I. REVISÃO DE LITERATURA.....	4
Capítulo 1. Divulgação da informação financeira .....	5
1.1. No âmbito empresarial .....	5
1.2. No âmbito do sector público .....	7
1.2.1. Caracterização geral.....	8
1.2.2. O caso português.....	10
1.3. Divulgação na Internet.....	12
Capítulo 2. Determinantes da divulgação da informação financeira na Internet pelas Autarquias Locais .....	18
2.1. A qualidade da informação .....	18
2.2. Incentivos à divulgação de informação .....	20
2.3. Factores determinantes divulgação de informação .....	22
2.4. Utilização do índice de conformidade .....	24
PARTE II. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR PARTE DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES .....	26
Capítulo 3. Metodologia.....	27
3.1. Objectivos e questões da investigação .....	27
3.2. Definição das hipóteses e apresentação das variáveis .....	28
3.2.1. Definição das hipóteses .....	28
3.2.2. Variáveis independentes .....	32
3.3. Selecção da amostra e período de análise .....	33
3.4. Técnica adoptada na recolha e tratamento dos dados .....	35
3.4.1. Estruturação do índice .....	35
3.4.2. Procedimentos estatísticos .....	37
Capítulo 4. Análise dos resultados.....	38
4.1. Caracterização da amostra.....	38
4.1.1. Composição da amostra .....	38
4.1.2. Caracterização dos municípios que compõem a amostra .....	39

4.2. Resultados de investigação.....	40
4.2.1. Análise descritiva dos resultados .....	40
4.2.2. Análise dos determinantes do nível de divulgação.....	42
4.2.2.1. Análise multivariada.....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
4.2.2.2. Modelo de Poisson .....	43
4.2.2.3. Resultados da estimação do modelo .....	44
4.3. Discussão das hipóteses .....	46
CONCLUSÕES.....	49
APÊNDICES.....	52
Apêndice I – Comparação entre as normas ipsas, ias e nicsp .....	52
Apêndice II – Resumo de revisão de literatura .....	53
Apêndice III – Índice de divulgação da informação.....	57
Apêndice IV – Modelo de Regressão de Poisson .....	58
Apêndice V – Resumo da revisão de literatura das variáveis seleccionadas. ....	59
REFERÊNCIAS .....	60
ANEXOS.....	71
Anexo I – Documentos de prestação de contas exigidos pelo TC.....	71

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.....	
Vantagens e desvantagens das estratégias de divulgação .....	7
Tabela 2.....	
Comparação de fases de implementação do e-government.....	14
Tabela 3.....	
Vantagens e riscos da divulgação da informação financeira na Internet.....	17
Tabela 4.....	
Principais trabalhos empíricos sobre a qualidade da informação divulgada. ....	19
Tabela 5.....	
Principais estudos empíricos sobre os incentivos à divulgação de informação.....	21
Tabela 6.....	
Principais estudos empíricos sobre os determinantes da divulgação de informação .....	23
Tabela 7.....	
Principais estudos empíricos sobre a conformidade. ....	24
Tabela 8.....	
Caracterização das variáveis .....	33
Tabela 9.....	
Caracterização das variáveis de controlo .....	33
Tabela 10.....	
Distribuição geográfica.....	34
Tabela 11.....	
Municípios por Dimensão .....	39
Tabela 12.....	
Municípios que compõem a amostra por região .....	39
Tabela 13.....	
Estatísticas descritivas das variáveis independentes. ....	42
Tabela 14.....	
Factores explicativos do nível de divulgação – Análise univariada.....	43
Tabela 15.....	
Modelo de Poisson.....	44
Tabela 16.....	
Ajuste do Modelo .....	45
Tabela 17.....	
Resultados da regressão de Poisson: parâmetros e significância estatística.....	46

## ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Fundamentos da Nova Gestão Pública.....	9
Gráfico 1. Nível de e-Government .....	15

## LISTA DE ABREVIATURAS

AECA – *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*  
AL – Autarquias Locais  
AMA – Agência para a Modernização Administrativa  
ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicação  
ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas  
AP – Administração Pública  
CICA – *Canadian Institute of Chartered Accountants*  
CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários  
CNAP – Contabilística da Administração Pública  
CNC – Comissão de Normalização Contabilística  
CNE – Comissão Nacional de Eleições  
DGI – Direcção Geral dos Impostos  
DL – Decreto-Lei  
FASB – *Financial Accounting Standards Board*  
GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles*  
IAS – *International Accounting Standards*  
IASB – *International Accounting Standard Board*  
ICAEW – *Institute of Chartered Accountants in England and Wales*  
ID – Índice de Divulgação  
IFAC – *International Federation of Accountants*  
IFRS – *International Financial Reporting Standards*  
IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*  
LADA – Lei do Acesso aos Documentos Administrativos  
LEO – Lei de Enquadramento Orçamental  
LFL – Lei das Finanças Locais  
NGP – Nova Gestão Pública  
NICSP – Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público  
NICSP – Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público  
NLFL – Nova Leis das Finanças Locais  
NPM – *New Public Management*  
NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais - para fins Estatísticos  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas  
POC – Plano Oficial de Contabilidade  
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais  
POCE – Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação  
POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde  
POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública  
POS\_C – Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento  
POSI – Programa Operacional para a Sociedade da Informação  
PSC – Public Sector Committee  
RAFE – Regime de Administração Financeira do Estado  
SPA – Sector Público Administrativo  
SPSS – Statistical Package for the Social Sciences  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
UE – União Europeia  
UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento  
UN – United Nations

## INTRODUÇÃO

As Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) demonstraram maior relevância desde o início desta última década. Este desenvolvimento alterou, de forma considerável, os fluxos de informação. Nos dias de hoje, a *Internet* revela-se uma ferramenta fundamental para a divulgação universal da informação. No que respeita à partilha de informação financeira, o uso da *Internet* permitiu um aumento muito significativo da sua disponibilização (Cabedo & Ponte, 2002).

A modernização dos sistemas da Administração Pública (AP) permitiu o desenvolvimento exponencial da sua eficiência e transparência. Esta sucessiva evolução converge para o estabelecimento de uma Sociedade de Informação (Fuertes, 2001). Este fenómeno define-se pela maior responsabilização, verificando-se um processo de mudança onde as novas tecnologias se destacam como sendo uma ferramenta muito utilizada. Este novo paradigma distingue a informação como um bem precioso, essencial para a implementação de uma Sociedade de Informação. Para muitos autores, o impulso da divulgação da informação tem origem na aposta nas TIC.

A *Internet* contribuiu assim para o desenvolvimento desta Sociedade de Informação a vários níveis, podendo ser realçada a divulgação de informação. A AP no geral, e os municípios em particular, tomam progressivamente consciência de que a divulgação da informação representa um factor determinante para a melhoria da participação activa dos cidadãos, da eficiência de resultados e da transparência. A diferenciação entre municípios mais e menos transparentes pode ser feita analisando quais são aqueles que primam por divulgar mais informação.

O conceito de transparência é considerado como um pré-requisito para a responsabilização administrativa plena e para um governo mais transparente (Baber, 1984). A intervenção dos cidadãos de forma cada vez mais activa, demonstra que há uma maior responsabilização para ambas as partes. Segundo Romzek & Dubnick (1987), citados por Meijer (2003), temos que distinguir dois tipos de sistemas de responsabilização interna. Por um lado, a burocrática e, por outro, a profissional. Mas também devemos diferenciar dois tipos de responsabilização externa, tanto em termos de responsabilidade jurídica como política. De um modo geral, os representantes de cada órgão corporativo são vistos como os intermediários entre o Governo e os cidadãos, o que traduz uma forma de transparência elevada.

A modernização da economia, os critérios socio-culturais, assim como as ligações relacionais a nível mundial, conduziram a que muitos conceitos e práticas fossem adoptados a nível global.

Por exemplo, o modelo anglo-saxónico *New Public Management* (NPM) tem sido utilizado em diversas AP, essencialmente em países europeus do norte. Isto significa que a NPM integrou o programa *New Public Financial Management*, o que proporcionou reformas na contabilidade pública e de reporte financeiro. Tal como no sector privado, a dimensão da contabilidade pública tende a convergir para uma dimensão internacional. Neste sentido, a contabilidade pública assume, cada vez mais, uma dimensão internacional (Fuentes, 2001).

Neste contexto, a motivação que levou em estudar os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet*, foi a importância crescente dos procedimentos de comunicação no sector público, nomeadamente divulgando informação financeira. Consideramos assim pertinente, dada a conjuntura actual, e a escassez de estudos no âmbito da divulgação da informação financeira a nível local em Portugal, analisar as práticas de divulgação de informação financeira nos municípios portugueses. Este trabalho procura portanto contribuir para a literatura sobre a divulgação da informação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses. Indirectamente, o estudo permitirá avaliar a relação entre algumas características dos municípios e as práticas de divulgação de informação financeira.

Com este trabalho de investigação pretende-se definir um modelo que identifique, de entre alguns, os determinantes da divulgação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses. No âmbito desta investigação, foram estabelecidos objectivos complementares, no sentido de ressaltar a importância da divulgação da informação. Procedeu-se à distinção dos documentos divulgados por natureza, o que levou a determinar categorias de informação, designadas por sub-índices. Esta classificação da informação permite medir o nível de divulgação da informação orçamental, patrimonial, de gestão, outra informação bem como aquela que é divulgada desde do ano 2007, e verificar qual delas é a mais divulgada.

Contudo, para atingir estes objectivos é necessário responder a perguntas tais como: que tipo de informação é divulgada pelos municípios? Qual é o nível de divulgação da informação financeira na *Internet*? Quais são os factores que influenciam a divulgação da informação financeira na *Internet*, pelos municípios?

Na óptica daquilo que outros autores explanaram, e com base nas Teorias de Legitimidade, de Agência e de Assimetria da Informação, foram estudadas características que influenciam a divulgação da informação, como na maioria dos estudos considerados. Foram seleccionados factores determinantes de tipo Institucionais, Políticos e Económico-financeiros, nomeadamente, a dimensão populacional, a ideologia e competitividade políticas, as despesas de capital, o endividamento líquido, o total das transferências do Governo Central, e as receitas totais. Foram ainda considerados como variáveis de controlo o número de funcionários contratados e a taxa de participação eleitoral.

A investigação da divulgação da informação financeira em diversas vertentes, nomeadamente no que respeita ao e-Government, e ao desenvolvimento da contabilidade pública, tem vindo a revelar um amplo interesse de vários autores em Portugal. As conclusões desta investigação

deverão contribuir para dar conta da situação e a da extensão da divulgação da informação pelos municípios portugueses através da *Internet*.

A associação entre os determinantes da divulgação da informação financeira e as categorias de informação divulgada (Orçamental, Patrimonial, de Gestão), permite-nos obter uma conclusão precisa sobre o nível de divulgação formada pelos sub-índices.

Espera-se também que os resultados deste estudo possam ser tidos em consideração pelo municípios, levando-os a atribuir uma maior importância à divulgação da informação financeira para os cidadãos, bem como para as entidades públicas tais como a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Tribunal de Contas, entre outros. O estudo poderá também ser útil pois permitirá verificar o estado de arte em termos da informação financeira municipal disponibilizada *on-line*, demonstrando ainda o quanto alguns factores influenciam a mesma.

Para alcançar os objectivos definidos, o trabalho é constituído por duas partes distintas, além desta Introdução e das Conclusões.

A Parte I inclui dois capítulos dedicados ao enquadramento teórico, começando por tratar a divulgação da informação financeira no âmbito empresarial, assim como no sector público, num primeiro capítulo. No capítulo seguinte desenvolveu-se essencialmente uma revisão de diversos estudos empíricos, começando por efectuar uma classificação por critérios de análise, nomeadamente o estudo da qualidade da informação, os incentivos, bem como os determinantes da divulgação da informação.

A Parte II, deste estudo, encontra-se estruturada em dois capítulos. No capítulo três, procedeu-se ao desenvolvimento do contexto metodológico da investigação, ao determinar os objectivos e questões da investigação, a definição das hipóteses, a apresentação das características da amostra, assim como o procedimento na recolha e tratamento dos dados. O quarto capítulo apresenta a análise dos resultados. O primeiro ponto apresenta uma caracterização da amostra com a especificação de como são constituídos os diferentes índices (Divulgação de Informação Orçamental, Patrimonial, de Gestão, Outra Informação e Informação dos Anos Anteriores), onde se determinou o nível de informação divulgada pelos municípios em análise. No segundo ponto, apresentam-se os resultados da investigação obtidos.

Finalmente, são apresentadas as conclusões em relação aos determinantes da divulgação da informação financeira pelos municípios portugueses na *Internet*, acrescentando os resultados obtidos em termos da classificação da informação. Pelo que resulta a resposta aos objectivos inicialmente apresentados na presente dissertação.

*“...reunir tudo o que pode ser obtido de conhecimento exacto, impessoal, verificável.”*

(Prof. Gustavo Lanson)

**PARTE I. REVISÃO DE LITERATURA**

## Capítulo 1. Divulgação da informação financeira

O objectivo deste capítulo será o de analisar os aspectos teóricos subjacentes à divulgação de informação financeira, tanto nas entidades privadas como nas públicas. Perante a evolução inequívoca dos métodos de divulgação de informação, a implementação de regras foi fundamental para diferenciar a informação útil da acessória e distinguir a informação legalmente exigida, bem como determinar o seu conteúdo mínimo. Neste âmbito, o sector privado revelou-se inspirador para as autoridades públicas em termos de divulgação de informação financeira. Assim, a adaptação ao sector público levou ao surgimento de novas perspectivas na divulgação da informação financeira, nomeadamente a transparência, uma maior responsabilização da entidade perante os cidadãos e a conformidade dos métodos.

### 1.1. No âmbito empresarial

Actualmente, as empresas encontram-se numa posição pós-industrial que se afasta da visão taylorista onde a comunicação financeira desempenha um papel essencial e determinante no crescimento da empresa (Kateb, Matoussi & Bounfour, 2010). De uma forma geral, a informação disponibilizada reflecte as actividades, as estratégias e a evolução da empresa.

O relatório financeiro, apresentado geralmente sob a forma de demonstrações financeiras, visa informar as partes interessadas, ou *stakeholders*, da situação económico-financeira da empresa. O processo de elaboração, o tratamento de informação e a contabilidade financeira, oferecem aos seus utilizadores um enquadramento coerente para avaliar as performances e a situação de uma empresa, bem como para auxiliar as tomadas de decisão (Depoers, 2000). Segundo o mesmo autor, embora tenham ocorrido mudanças no tipo de informação e formas de a divulgar, o objectivo da contabilidade de prestar informações úteis para as tomadas de decisão permanece inalterado. Acrescenta ainda que a decisão sobre o que é útil ou não para tomada de decisões económicas é, todavia, muito difícil de ser avaliada na prática. Hendriksen & Breda (1991:85) afirmam que a contabilidade existe porque “...é suposto que seja útil.”

A publicação de informação financeira tornou-se para as empresas uma prioridade que deu origem ao desenvolvimento de teorias<sup>1</sup> diversas cujo objectivo é controlar a expansão dos interesses das

---

<sup>1</sup> Teoria da Legitimidade: O autor Suchman define a legitimidade da seguinte forma: “*uma percepção generalizada ou pressuposto de que as acções de uma entidade são desejáveis, próprias, ou apropriadas dentro de um sistema de normas sociais, valores, crenças e definições*” (1995:574).

Teoria de agência: Jensen & Meckling (1976) citaram que problemas de agência decorrem de conflitos de interesses existentes em actividades de cooperação entre os indivíduos, quer ela ocorra ou não em situações de hierarquia entre o principal e o agente.

Teoria de sinalização (Assimetria de informação): visa analisar situações na qual os participantes na celebração de um contrato estão interessados em sinalizar, ou informar, algumas características antes que o contrato seja concluído (Spence, 1974).

diferentes partes, isto caracterizado como causas explicativas de uma assimetria da informação e conflito de interesses das diversas partes (Rueda, 2007). Esta afirmação tem por base a proposta feita por Watts & Zimmerman (1978), onde o interesse das diferentes partes, nomeadamente da relação entre gestores e accionistas, tem repercussões directas sobre o mercado de capitais no contexto da teoria positiva da contabilidade. Nesta óptica, algumas teorias foram desenvolvidas com o intuito de promover a informação contabilística, considerando-a um instrumento arbitral no que respeita aos conflitos de interesses.

No que concerne à informação financeira disponibilizada na *Internet*, os trabalhos empíricos demonstraram a diversidade de conteúdo e formato. Assim, autores como Cabedo (2001), Ponte & Escobar (2002), Debreceny & Gray (1999) e Lymer (1999) referiram a necessidade de estabelecer normas que orientem as empresas na forma de estruturar a informação fornecida, tendo por base acordos com as organizações profissionais de contabilidade.

Os principais impulsionadores em termos de organização de informação são algumas Organizações de renome mundial, tal como International Accounting Standard Board (IASB), Financial Accounting Standards Board (FASB), Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW) Canadian Institute of Chartered Accountants (CICA), International Federation of Accountants (IFAC). Em Portugal esse papel cabe à Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que estabeleceu parceria com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

A interactividade pressupõe um acordo mútuo entre os utilizadores e promotores da informação. A divulgação completa representa o auge no que se refere à estratégia de divulgação, mas essas condições ideais são difíceis de transcrever na prática. O princípio de base deste tipo de divulgação subentende que a informação privilegiada seja revelada e não haja ocultação da mesma (Rueda, 2007).

As práticas de comunicação económico-financeira no mercado são constituídas por uma variedade de situações, cujas estratégias de divulgação constam na Tabela 1. Apresentam-se também as respectivas vantagens e desvantagens. Segundo Trombetta (2002), a divulgação completa prevê que a empresa revele toda a informação para parecer transparente perante os destinatários da mesma. A empresa pode ponderar revelar apenas a informação que é considerada obrigatória por lei, e assim segue a estratégia denominada de ausência ou falta de divulgação. A revelação parcial tem como característica divulgar a informação selectivamente, ou seja, a empresa disponibiliza informação que lhe confere vantagens e oculta o resto.

Dada a forte evolução tecnológica também originada pela crescente globalização, novos canais de distribuição, novas formas organizacionais e algumas modificações ao nível de divulgação foram surgindo no sentido de melhorar o conteúdo da informação. A informação financeira gozava de um estatuto importante. No momento em que surgiu uma nova análise da informação, a informação não financeira começou a desempenhar um papel de complementaridade da informação divulgada pelas empresas (Trombetta, 2002).

Por fim, a diferença que se verifica na forma e conteúdo da informação depende, em parte, do tipo de gestão e da percepção dos dirigentes nas práticas de divulgação de informação, as quais são influenciadas pela conjuntura económica e contexto político (Larrán & García-Meca, 2004).

Tabela 1  
*Vantagens e desvantagens das estratégias de divulgação*

Estratégias de divulgação	Vantagens	Desvantagens
1. Divulgação completa	Máxima transparência; Relação positiva com os investidores, Baixo custo do capital.	Sobrecarga de informação; Perda de vantagem competitiva.
2. Divulgação parcial	Selectividade; Dificil de distinguir da divulgação completa; Evitam-se custos de divulgação.	Possibilidade de acarretar muitos custos e perda de vantagem competitiva.
3. Ausência de divulgação	Salvaguarda da vantagem competitiva; Ocultar as mas notícias.	Alto custos; Reputação negativa no mercado; Possível reacção das autoridades reguladoras.

Fonte: Adaptado de Trombetta (2002)

## 1.2. No âmbito do sector público

Depois de ter abordado a divulgação da informação financeira no sector privado bem como a sua evolução, a análise direcciona-se agora para a divulgação da informação financeira no sector público.

Neste sentido, a renovação das práticas de gestão e técnicas contabilísticas induziu ao sector público alterações consideráveis em termos de divulgação da informação. As alterações tiveram início nos Estados Unidos nos anos 60, que levou a alterações significativas noutros Estados a nível mundial (Costa, Pereira & Blanco, 2006). Esta expansão, veio impulsionar a realização de reformas e modernização das Administrações Publicas (AP) de vários países onde se justificou melhorar a eficácia e eficiência do sistema. A designada *New Public Management* (NPM) – Nova Gestão Publica (NGP) originou reformas fundamentais no que se refere à racionalidade económica e à própria gestão (Spicer, Emanuel & Powell, 1996; Potter, 2002). Desta forma surgiram mudanças nos procedimentos utilizados, assim como alterações nas estruturas das organizações para conseguir um melhor funcionamento (Hood, 1995; Pollit, 1990).

A AP no geral, e os municípios em particular, tomaram progressivamente consciência de que a divulgação da informação representa um factor determinante para a melhoria da participação activa dos cidadãos, da eficiência de resultados e da transparência (Lourenço, Jorge, Sá & Rolas, 2011). Para além da transparência, o aspecto da responsabilidade na prestação de contas, também denominado de *accountability*, revela-se fundamental na divulgação atempada da informação. Mas Alcaide, Garde, Rodríguez & López (s/d), Bakar & Saleh (2011), Bovens (2007)

Samaratunge, Alam & Teicher (2008) concluíram que há uma falha na responsabilização (*accountability*) da gesta pública.

### 1.2.1. Caracterização geral

Considerando que a contabilidade se revelou uma ferramenta importante no sector privado, surgiu no sector público uma corrente de análise para averiguar a sua implementação e evolução. Nestes termos, durante os últimos anos, a contabilidade pública desenvolveu-se consideravelmente, como efeito da crescente globalização da economia mundial, da internacionalização, da harmonização e normalização contabilística.

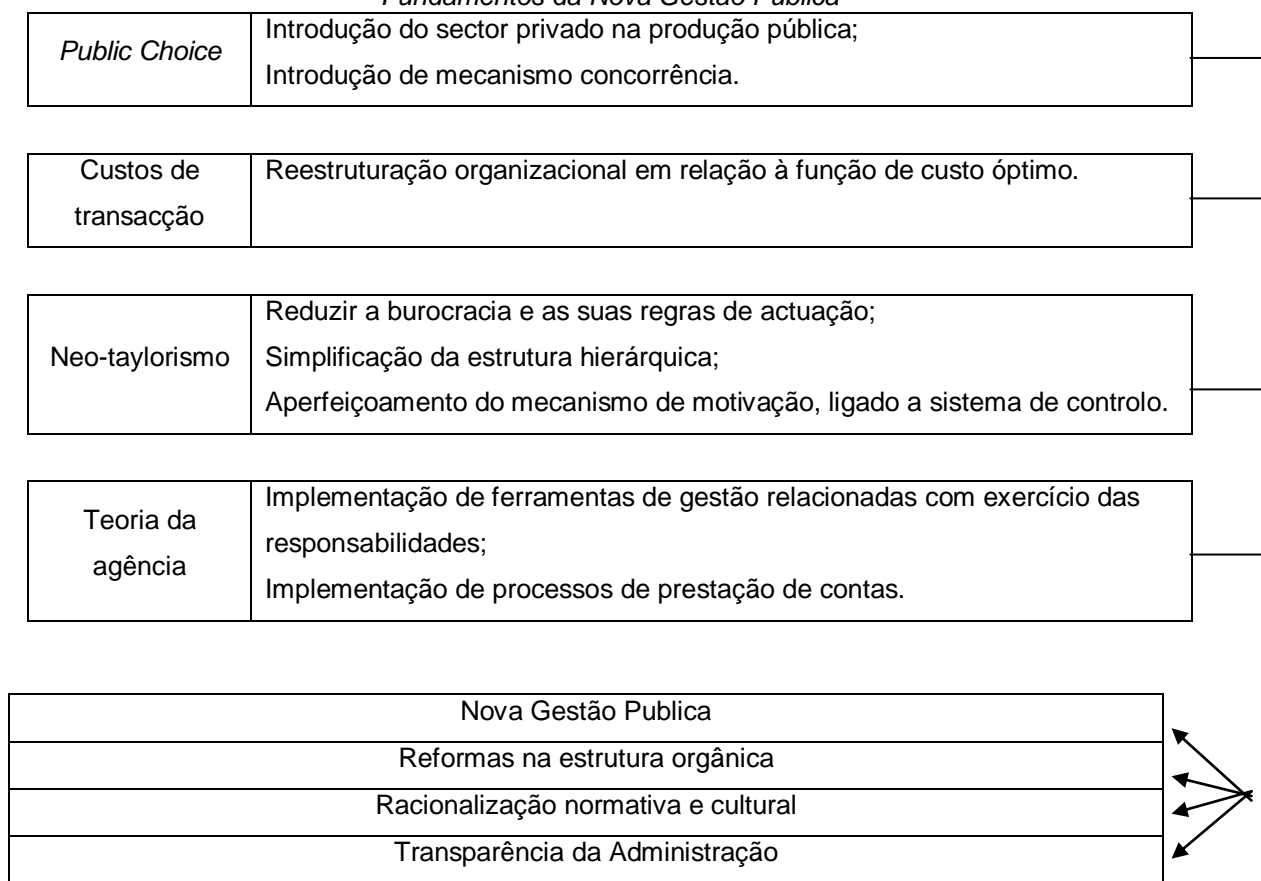
Para responder ao crescimento da exigência social e transparência, a AP adoptou novas orientações na gestão (Costa *et al.*, 2006; Rodríguez, Caba Pérez & López, (2006). Porém, vários estudos evidenciaram que nem todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reconheceram os princípios da NPM como suficientes para revolucionar o sector público, sobretudo quando apareceu uma nova visão na década de 80, onde os países anglo-saxónicos se identificaram como os precursores (Hood, 1991). Nota-se que algumas economias majestosas da OCDE, tais como o Japão, a Alemanha e a Suíça, não colocaram ênfase nas reformas oferecidas pela NPM, enquanto países como a Suécia, Nova Zelândia, Reino Unido e Austrália, entre outros, as adoptaram (Rodríguez *et al.*, 2006). A disparidade verificada na implementação do normativo NPM tem a sua justificação na semelhança entre os países que partilhem valores culturais, alguma influência dos organismos financeiros internacionais, implementação de reformas no sector público por parte de países vizinhos e também o estatuto que ocupa o Estado e a AP (Hood, 1995; Rodríguez *et al.*, 2006; Muñoz, Sánchez, Bolívar & Hernández (s/d). Desta forma, a expansão de normas contextuais entre países com uma identificação semelhante, de um ponto de vista político, jurídico e económico, pode ser mais fácil.

As reformas conduziram a uma concepção diferente em relação à prestação de contas públicas com padrões indissociáveis de confiança e desconfiança, o que acarreta uma nova responsabilização. A NPM assenta em dois aspectos, como sejam a eliminação das diferenças características entre o sector público e privado e ainda maior focalização sobre elementos de responsabilização (Hood, 1995). Consequentemente, esta reformulação da contabilidade, através das NPM, enfatiza uma economia racional que promove uma geração renovada chamada de *econocrats* e *accountocrats* (Hood, 1991). Os instrumentos de gestão privada foram considerados fundamentais para combater a necessidade de reduzir a despesa pública e, por outro lado, aumentar os recursos, bem como fontes de financiamento (Smith, 2004; Johnansson & Siverbo, 2009). Não obstante a preocupação com a legalidade e com a regularidade financeira, o modelo

NPM incute no sector público a necessidade de adequar as acções desenvolvidas aos objectivos estabelecidos (Carvalho, 2009).

A nova filosofia de gestão pública, reconhecida por Hood (1991), manifesta-se numa nova institucionalização. A finalidade da nova institucionalização é considerar as instituições públicas como relevantes na explicação das interacções entre os indivíduos (Sánchez, 2007). As reformas administrativas foram evoluindo sempre focalizadas em aspectos tais como a competência, a escolha, transparência e controlo. Assim, emergiram teorias económicas no âmbito da nova institucionalização onde se destacam a informação a partir de ideias como a teoria de *public choice*, a teoria dos custos de transacção e a teoria da agência, de entre outras (Figura 1). Conforme frisou Gore (2004), cada teoria básica, que deu ênfase às teorias da nova gestão pública, permite obter uma organização com menos custos e uma qualidade dos serviços prestados ampliada.

Figura 1  
*Fundamentos da Nova Gestão Pública*



Fonte: Adaptado de Sánchez (2007:43).

Depois de constatar uma evolução a favor de uma harmonização em termos de contabilidade no sector público, principalmente na década de 80, ponderou-se fortalecer o objectivo de elaborar regras em linha com as características da informação contabilísticas. Essas, características são no fundamental: utilidade, fiabilidade, compreensível, comparabilidade, imagem verdadeira e

apropriada da situação económica, financeira e patrimonial (Alves, 2005; Rodríguez *et al.*, 2006; Carvalho, 2009).

À luz dessas considerações, o processo de harmonização conta com o apoio de diferentes organizações, precisamente 155 em 113 países diferentes, cuja *International Federation of Accountants* (IFAC) poderá ser considerada a mais importante. Esta instituição constituída por diversas comissões, incluindo o *Public Sector Committee* (PSC) criado em 1986, tem como função principal a emissão das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) - Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (NICSP). No entanto, o facto de haver diversos países oriundos de contextos sociais, políticos, económicos e jurídicos diferentes faz com que a contribuição para o desenvolvimento de padrões internacionais seja dificultada (Shah, 2007). No caso português, as IPSAS ainda não são implementadas, fundamentalmente devido à falta de regulamentação, por parte da Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNAP). O atraso em relação a outros países fora da União Europeia justifica-se porque, na maioria dos países da EU, converge-se para uma contabilidade legislativa e com forte influência política (Carvalho, 2009; Nogueira & Carvalho, 2006).

As IPSAS, bem como as Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Publico (NICSP), podem ser vistas como uma forma de desenvolver um tipo de pensamento contabilístico. Por outro lado o défice de identidade pode, em parte, influenciar esta situação. Todavia, podemos constatar que as normas emitidas (Apêndice I) têm uma forte conotação e inspiração nas normas IAS/IFRS (Christiaens & Rommel, 2006). Mas, apenas quando o IFAC se deparou com uma crise financeira na década de 90, que afectou a Ásia Oriental e a América Latina, é que se discutiu o tema de melhoria da transparência das finanças públicas por via da divulgação da informação mais activa e sistemática (Caba & López, 2009).

De modo geral, as IPSAS tendem a traçar um caminho para a modernização da contabilidade pública e, com isto, permitir a comparabilidade da informação financeira divulgada (Lüder, 1992). Além disso, o relato da situação das finanças públicas influencia a transparência, o que leva a uma maior responsabilização na divulgação de informação partilhada.

### 1.2.2. O caso português

O sector público português introduziu algumas alterações por influências das NPM. Em Portugal, o processo de reforma da Administração Financeira do Estado e da contabilidade pública teve grande impulso com a aprovação e publicação de diplomas importantes. Destacam-se a Lei de Bases da Contabilidade Publica (Lei 8/90, de 20 de Fevereiro de 1990) complementada pelo Decreto-Lei n.º155/92, de 28 de Julho, que regula o Regime de Administração Financeira do Estado (RAFE). Também a Lei n.º6/91, de 20 de Fevereiro de 1991, Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado (LEO) revogada pelo artigo 93 da Lei 91/01 de 20 de Agosto alterada pela

Lei 48/04 de 24 de Agosto, dita os procedimentos legais de uma contabilidade pública conforme alguns requisitos específicos que contribuem para o objectivo inicial de melhoria do sistema contabilístico (Carvalho, 2009). As sucessivas alterações da LEO determinam a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adoptar em matéria de enquadramento orçamental, sendo a Lei 52/2011, de 13 de Outubro de 2011 a sexta alteração à lei aprovada na Assembleia da República.

Dada a função administrativa das AL, o n.º 2 do artigo 238º da Constituição define que o regime das Finanças Locais será estabelecido por lei tendo como objectivo a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias Locais (AL), e a correcção de desigualdades entre autarquias.

Neste sentido inicia-se uma viragem na reorganização contabilística da AL portuguesa, que surge através da aprovação da primeira Lei das Finanças Locais (LFL) em 1979 com a Lei n.º1/79, de 2 de Janeiro. Nesse mesmo ano, surgiram alterações através do Decreto-Lei n.º243/79, de 25 de Julho, que determinou novas regras para a elaboração, aprovação e execução dos orçamentos, assim como, para a elaboração e a aprovação das contas de gerência. No Decreto-Lei 341/83, de 21 de Julho, foram introduzidas algumas inovações em relação aos planos de actividades e à classificação funcional das despesas. Ainda, com a aprovação da LFL através da Lei n.º42/98, de 6 de Agosto, estabeleceu-se o regime financeiro dos municípios e das freguesias.

Posteriormente, a Nova Leis das Finanças Locais (NLFL), aprovada pela Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, tem suscitado diversas alterações, inclusive um reforço da autonomia local e uma maior descentralização. Segundo Vilarinho (2010), tanto ao nível do novo sistema de crédito como da preparação e divulgação dos resultados da gestão, a NLFL tem em conta o princípio da transparência.

Outro diploma fundamental foi o Plano Oficial de Contabilidade Públicas (POCP), aprovado através do Decreto-Lei n.º232/97, é resumido por um objectivo essencial:

*“...a criação de condições para a integração dos diferentes aspectos – Contabilidade orçamental, patrimonial e analítica numa Contabilidade pública moderna que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das entidades públicas e à sua avaliação”.*

O POCP foi um aspecto basilar em prol da normalização da contabilidade pública, que entretanto se foi ramificando no Sector Publico Administrativo (SPA). Desta forma, criaram-se os planos sectoriais de Contabilidade Pública, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POCE)<sup>2</sup>, Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS)<sup>3</sup>, Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS)<sup>4</sup>. O Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, aprovou o novo sistema contabilístico das AL que entrou em vigor em 1 de Janeiro do ano 2002, designado Plano Oficial

---

<sup>2</sup> Portaria n.º 794/2000, (2.ª série), de 20 de Setembro;

<sup>3</sup> Portaria n.º 898/2000, (2.ª série), de 28 de Setembro;

<sup>4</sup> D.L. n.º 12/2002 de 25/01), 22 de Janeiro de 2004.

de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL). De facto, o n.º2 do artigo 6 do DL n.º54/99 estipula que “a contabilidade das autarquias locais baseia-se no POCP, com as necessárias adaptações...”.

Não obstante o POCAL ter como base o POCP, foram introduzidos aspectos inovadores em matéria de contabilidade pública, sendo de destacar alguns relacionados com a prestação de contas. Respeitando os pressupostos do presente Decreto-Lei, todas as entidades reconhecidas na Administração Local devem aplicar o POCAL para proceder à prestação de contas. No n.º2 do ponto 2 do mesmo “Considerações técnicas” estabelece-se que os documentos a remeter ao Tribunal de Contas são: Balanço, Demonstração de resultados, Mapas de execução orçamental, Anexos às demonstrações financeiras, Plano Plurianual de Investimento e o Relatório de gestão. Para além dos documentos supra referenciados, o Anexo I da Resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas identifica outros (Anexo I).

### **1.3. Divulgação na *Internet***

A divulgação da informação evoluiu consoante o desenvolvimento dos métodos de publicação. Desta forma, tem estado a evoluir uma contabilidade digital, que tem passado para segundo plano o sistema contabilístico manual. A ferramenta mais utilizada, no sentido de desenvolver uma divulgação da informação mais eficaz e eficiente, e que possa chegar a mais utilizadores, é a *Internet* (Rueda, 2007; Mateus, 2008)

Num ambiente cada vez mais caracterizado pelas tecnologias de informação, a *Internet* assume-se como um instrumento privilegiado de comunicação, que permite disponibilizar grandes quantidades de informação em tempo real e a baixos custos. O suporte papel teve assim os seus dias de ouro e continuará a ter alguma importância, mas deverá sair progressivamente do lugar de destaque que ainda ocupa (Pedro, 2010).

Após a introdução dos computadores, nos processos da AP, verificou-se um crescimento importante em termos de tecnologias de informação. A *Internet* é assim apontada como a principal responsável pela transformação do método de comunicação, bem como pela mudança na coordenação e no controlo das organizações (Mateus, 2008).

O efeito da partilha de informação pelas entidades públicas levou à implementação de novas formas de acesso para estimular a intervenção dos cidadãos, sendo assim a base de um processo de responsabilização e prestação de contas (Lourenço *et al.*, 2011). Neste sentido, Meijer (2003) indica que a *Internet* é uma ferramenta que permite aos cidadãos, ou utilizadores, verificar o funcionamento das entidades do sector público, agir reciprocamente, explicar e justificar as políticas promovidas, bem como os resultados de gestão.

A utilização das TIC, nas administrações públicas, associa-se com o conceito de *e-government*. Na literatura podemos ver alguns autores intitularem o *e-government* de formas diferentes, mas, o conceito é salvaguardado, observando-se um ponto comum em todas as definições, isto é, a relação com os cidadãos é sempre identificada como essencial (Rueda, 2007).

Por exemplo, para Moon (2002), o *e-government* é um conceito dinâmico, cujo significado e âmbito varia sendo assim pouco claro. Porém, alguns autores como Gil & Luna (2003) definem o Governo Electrónico como o uso de TIC na AL com intuito de melhorar a eficácia da gestão, promover os ideais democráticos, estabelecer regras que estimulem a disponibilização da informação, e ainda promover a sociedade de conhecimento. No entanto, para Zweers & Planqué (2001), o Governo Electrónico é um conceito emergente que pretende impulsionar a divulgação e partilha de informação, serviços ou produtos, através de vias electrónicas por organismos públicos, a qualquer momento, local e cidadão. Do ponto de vista de Ferrer (2003), pode designar-se Governo Electrónico ao conjunto de serviços e de acesso às informações que o Governo disponibiliza aos diferentes actores da sociedade, utilizando os novos meios tecnológicos.

Todavia, para que haja efectivamente sucesso é necessário ir para além da tecnologia. Isto significa, ser necessário um maior envolvimento no processo de modernização por parte dos agentes intervenientes, determinar objectivos e direccionar as instituições e organismos públicos para um funcionamento de proximidade dos cidadãos (Mateus, 2008). Este novo enquadramento visa, essencialmente, modernizar e dinamizar o sector público.

O desenvolvimento de um governo moderno necessita de esforços, inovação, de onde resulta um reconhecimento da capacidade institucional (Tolbert, Mossberger & McNeal, 2008). Agora, é cada vez mais frequente para as entidades públicas terem um sítio na *Internet*, para disponibilizar informação, abranger um maior número de cidadãos, mas também outras formas de comunicação, tais como pagar impostos, registar automóveis, ter um atendimento personalizado. Através do *e-government*, espera-se registar uma melhoria em aspectos como: a recolha de dados *on-line* para reduzir custos e assim automatizar a verificação de erros; a redução de custos de comunicação com os cidadãos; uma maior partilha de dados e reutilização de dados; e, reduzir custos de distribuição através a divulgação na *Internet* (Simões, 2007)

O desafio lançado pelas Nações Unidas aos Estados Membros sobre o governo digital revela que há várias fases para a sua implementação, e por consequência implica níveis de desenvolvimento diferentes em cada país. A *Internet* destacou-se como sendo a ferramenta essencial para a expansão de um Governo moderno e é notável a presença em *websites* de 183 países de 192.

Para muitas entidades, principalmente a Comissão Europeia, Governos de países desenvolvidos e as Nações Unidas, as TIC são uma ferramenta de auxílio às AP no âmbito de superar desafios e implementar, da melhor forma, o processo estratégico do Governo Electrónico. O *World Bank* considera que facilitam as relações com os cidadãos e outras entidades públicas, e fomentam uma maior transparência e prestação de contas.

No caso europeu, fala-se de um desenvolvimento para a Sociedade da Informação. Aquando da presidência do célebre Jacques Delors, a Comissão Europeia apresentou um Livro Branco de onde se desenvolveu o tema do “Crescimento, Competitividade, Emprego – Os Desafios e as Pistas para Entrar no Seculo XXI”. Este documento, publicado em 1993, deu ênfase ao desenvolvimento da divulgação da informação e impulsionou a abordagem de novos horizontes do conhecimento com a ajuda de um melhor enquadramento político (Coelho, Monteiro, Veiga & Tomé, 1997). O projecto tem vindo a desenvolver-se no sentido de adoptar medidas legislativas que agreguem propostas de acção comunitária em domínios específicos e diversos. Na sequência da aprovação do Livro Verde, cujo é da inteira responsabilidade da Comissão Europeia, que visa fomentar reflexão ao nível da EU, desde do processo e debate dos temas em relação à sociedade de informação e a divulgação de informação na *Internet* (Eurocid, 2010).

As Instituições e Organizações mundiais foram apresentando modelos de aplicação que não divergem muito umas das outras, como explanado na Tabela 2. Porém, é essencial esclarecer que as fases anteriormente apresentadas não são exclusivas e podem sofrer alterações por via de adaptações, consoante factores políticos, económicos e culturais (Moon, 2002). É defendido que as fases não são para aplicar de forma rígida, e podem ser adaptadas conforme a sofisticação das tecnologias em uso.

Tabela 2  
*Comparação de fases de implementação do e-government.*

Autores/Instituições	Fases de implementação
Comissão Europeia	1ª etapa: Criar um portal institucional; 2ª etapa: Evoluir para uma comunicação bidirecional; 3ª etapa: Capacidade de realizar transacções; 4ª etapa: Integrar no portal, todos os organismos internos.
Nações Unidas	1. Emergente; 2. Elaborada; 3. Interactiva; 4. Transaccional; 5. Integração (rede)
Gil & Martinez (2005)	1. Presença inicial; 2. Presença estendida; 3. Presença interactiva; 4. Presença transaccional; 5. Integração vertical; 6. Integração horizontal; e 7. Presença totalmente integrada.

Analisando mais em pormenor, é possível reconhecer esforços para dinamizar a relação do Governo com os cidadãos. Neste sentido, na Austrália a pagina *Business Entry Point*, do Governo, é um portal onde estão reunidos os serviços prestados gratuitamente e acessíveis 24 horas por dia e sete dias da semana. Também, os Estados Unidos encontram-se na vanguarda da implementação do projecto *e-government* e desenvolveram um projecto que se direcciona para vários sectores de actividade desempenhada pelo Governo, como o voto electrónico, parlamento virtual, saúde *on-line* e a administração tributária o que equivale a Direcção Geral dos Impostos (DGI). O Brasil, noutra dimensão, também desenvolveu o projecto do voto electrónico bem como a saúde *on-line* (UN, 2005; UN 2008). O México através da divulgação da informação e a criação de estreitas colaborações, nomeadamente com países como o Equador, Argentina, Honduras e Costa Rica, mesmo com o Banco Mundial, perspectiva um aumento da transparência e por consequência uma maior eficiência dos serviços públicos (Goldman, Martinez & Rodriguez, 2002).

A descrição anterior, respeitando o projecto *e-government*, demonstra ser importante enfatizar a adaptação, que varia conforme os contextos nacionais, de organização e desenvolvimento do Estado, assim como os Governos locais. O Gráfico 1 retrata as tendências de adopção e evolução das iniciativas em prol do *e-government*, verificadas nos diferentes estudos empíricos (Stowers 1999; Moon, 2002; Edmiston, 2003; Holden, Norris & Fletcher, 2003). No gráfico, é visível o desfasamento temporal na adopção de um sistema dinâmico, muito por motivos de recursos financeiros e conhecimento técnico escassos por parte das AL, em comparação aos Governos nacionais, o que implica uma desigualdade.

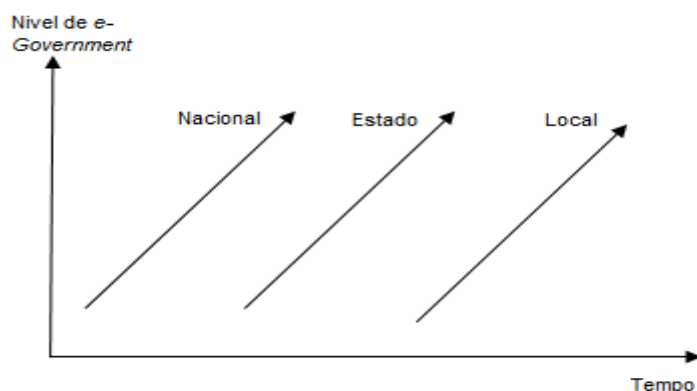


Gráfico 1. Nível de e-government

Fonte: Gil & Martinez (2005)

Algumas lacunas foram enunciadas por Holden *et al.* (2003), sobretudo ao nível do *e-government* local. Este refere que sendo um projecto recente leva a uma maturidade inexistente ou fraca. Também menciona as condições técnicas, isto é, o tipo de ligação à *Internet*, a falta de investimento no parque informático e na formação dos recursos humanos.

Alguns países apostaram no Governo Electrónico como forma de dinamizar o próprio sistema. Portugal não é excepção, também tem apostado na expansão dos princípios do *e-government* no âmbito do Plano Tecnológico e numa tentativa de seguir uma área estratégica para o desenvolvimento da Sociedade de Informação e do Conhecimento. O alinhamento com os congéneres europeus e países de suporte internacional inicia-se aquando da planificação de políticas relevantes para o *e-government*, como sejam: Missão para a Sociedade da Informação (1996); Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (1997); POSI - Programa Operacional para a Sociedade da Informação, depois POS\_C – Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento (2000-2006); UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (2002), depois Agência para a Sociedade do Conhecimento (2005); Plano Tecnológico (desde 2005); Programa Ligar Portugal (desde 2005); SIMPLEX (desde 2006); AMA – Agência para a Modernização Administrativa (2006); e a ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas (2007).

Os objectivos que levam ao desenvolvimento no enquadramento local português do *e-governement* resumem-se no aumento da eficiência da AP, uma melhor qualidade dos serviços

prestados aos cidadãos, onde se destacam princípios para a modernização da administração, nomeadamente a simplificação e desburocratização (por exemplo, o Cartão de Cidadão), uma melhoria do atendimento como o balcão único, a desmaterialização, qualificação, a racionalização e segurança (Teixeira & Gouveia, 2005).

Mais ainda, a Agenda Digital para a Europa dita como objectivo ambicioso, em termos de Governo Electrónico, até 2015, que um em cada dois cidadãos e quatro em cada cinco empresas utilize estes serviços e optem por este relacionamento com as autoridades responsáveis (ANACOM, 2011).

O fenómeno de harmonização da contabilidade pública verificou-se mais significativamente nas AL do que no Governo Central. No contexto do sector privado existe uma pressão exercida no sentido de globalizar as práticas contabilísticas, o que no sector publico não se verifica. Isto porque, o Governo Central não desenvolve acções internacionais, muito menos as AL. A relação geográfica, cultural, económica de cada Estado perante outros Estados pode interferir nas práticas contabilísticas governamentais e destacar uma certa harmonização (Fuentes, 2001). Mas, através da promulgação da Lei das Finanças Locais, o Governo Central poderá ter influenciado as práticas no âmbito das AL.

O novo paradigma, tal como toda a inovação, propicia vantagens e desvantagens para as autarquias consoante o nível de adaptação às novas tecnologias. Através da modernização da forma de divulgar a informação, as autarquias responderam às necessidades e dificuldades sentidas por parte dos cidadãos. Porquanto, a supremacia dos relatos financeiros electrónicos permitiram verificar uma redução de custos e encurtar o tempo na divulgação da informação (Rueda, 2007).

Segundo Alves (2005), esta nova forma de divulgação da informação financeira pressupõe uma informação a baixo custo, mais atempada e mais completa. Antes, outros autores afirmaram haver vantagens e inconvenientes inerentes à difusão da informação financeira na *Internet*. De facto, segundo Cabedo (2001), esta modernização do sistema facilita o acesso e incrementa a potencial da utilização da informação, permite divulgar informação *on-line*, flexibiliza o conteúdo da informação financeira e incrementa o volume da informação disponível. Em contrapartida, o autor destaca riscos tais como o acesso em iguais condições à informação, a verificação e fiabilidade da informação divulgada, a responsabilidade pela informação financeira difundida, bem como a sobrecarga de informação. Noutro estudo mais recente, Cabedo (2005) aponta limitações de natureza técnica, legal e estratégica.

Alguns estudos sugerem que as mudanças verificadas no modelo tradicional advêm das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), mais precisamente da *Internet* (Santos, Mendes & Amaral, 2006), sendo assim um factor importante a considerar. A modernização dos processos internos, a facilidade de interacção com os cidadãos e demais utilizadores, a redução dos custos de recolha, distribuição e acesso à informação oficial, são factores resultantes de uma diminuição da complexidade administrativa, bem como um aumento da transparência na AP (Araújo, 2002).

Desta forma, as TIC são consideradas como uma ferramenta essencial no processo de desenvolvimento, admitindo um acréscimo na satisfação dos cidadãos face às prestações de serviços, pelas AP, e uma melhoria na participação activa nas políticas públicas (OCDE, 2003). Em linha com a observação apresentada anteriormente, a pontualidade da informação divulgada na *Internet*, comparabilidade da informação financeira, compreensível, analisável e fiável, devem ser critérios definidos (Leandro, Muñoz & Sánchez, s./d.).

Resumindo, a divulgação da informação, de forma digital, facilita a rapidez da sua difusão (Rueda, 2007). Na Tabela 3 estão algumas das vantagens e riscos recolhidos em diferentes trabalhos Cabedo (2001), Cabedo & Ponte (2002) e Cabedo & Andrés (2005).

Tabela 3  
*Vantagens e riscos da divulgação da informação financeira na Internet*

	Vantagens/Oportunidades	Riscos/Limitações
Universalidade	Maior divulgação – democratização da informação	Limitações legais, técnicos e estratégicos
Redução de custos	Custos relativos a pequenas divulgações	Depende do público potencial; Medidas de segurança no <i>site</i> e aumentar o custo de certificação
Disponibilidade	Rapidez de difusão da informação	Risco legal, responsabilidade derivada de informação não auditada
Periodicidade	Possibilidade de aumentar a frequência	Risco legal e técnico
Quantidade	Mais informação e mais desagregada: informação histórica, informação segmentada, previsional, ambiental, intangíveis, não financeira	Sobrecarga de informação e confidencialidade
Informação personalizada	Informação customizada ao utilizador	Confidencialidade
Gestão da informação	Maior qualidade da informação e facilidades para a sua elaboração e análise para o utilizador	Riscos técnicos e legais
Melhor imagem	Para fornecer mais transparência das informações em conformidade com a responsabilidade social corporativa	

## **Capítulo 2. Determinantes da divulgação da informação financeira na Internet pelas Autarquias Locais**

Na literatura internacional existem já numerosos estudos empíricos sobre a divulgação da informação financeira na *Internet* pelas entidades públicas, e mais especificamente sobre os factores ou determinantes que podem influenciar o nível de divulgação. De notar, que muitos desses estudos empíricos apresentam forte conotação anglo-saxónica.

Com base nos diferentes estudos já realizados procedemos a uma classificação segundo os métodos de análise, os objectivos de mensuração, e os índices estudados. Ou seja, cada estudo revela um método de análise e, mais precisamente, apresentam um índice para medir o nível de divulgação de informação ou de conformidade. Assim, numa primeira fase de análise podemos distinguir dois métodos de abordagem à divulgação de informação. Por um lado aqueles que optaram por elaborar um índice de divulgação, e por outro, aqueles que utilizaram num índice de conformidade. No caso da utilização do índice de divulgação de informação os autores debruçam-se sobre diferentes características e factores que podem influenciar esse nível.

O estudo da divulgação de informação apresenta diferentes objectivos, podendo ser agrupados de seguinte forma: estudo da qualidade da divulgação; incentivos à disponibilização de mais informação; estudo dos determinantes. Em relação ao estudo da conformidade, subentende-se haver em suporte uma regulamentação para poder verificar se as entidades públicas estão em conformidade ou não. É importante referir que, este enquadramento assenta numa classificação elaborada após a leitura da literatura em matéria de divulgação de informação financeira na *Internet*.

No Apêndice II apresenta-se uma tabela resumo da literatura, especificando os objectivos, as características da amostra e as principais conclusões dos estudos efectuados por diversos autores.

### **2.1. A qualidade da informação**

No estudo da qualidade da informação elaborado por Ingram (1984) e Robins & Austin (1986) foi utilizado o método dos factores e componentes principais. No primeiro trabalho, identificaram-se características que explicam o facto de haver divergência entre o tipo e a quantidade de informação contabilística, disponibilizada nos relatórios financeiros dos Estados. Os factores identificados como influenciadores da qualidade da informação são as coligações dos partidos, o processo de Seleção da Administração, a fonte de informação alternativa, bem como os incentivos à gestão. O estudo de Robins & Austin (1986) estudou apenas três factores, que são as coligações dos partidos, os incentivos à gestão e o poder administrativo. Os resultados obtidos em

relação ao modelo de definição do índice com medida composta e medida unidimensional não diferem. Isto é, a forma de medição da qualidade em relação à informação mais detalhada e a relevância dos documentos em análise tendem a não afectar, substancialmente, os resultados de possíveis determinantes da divulgação de relatórios financeiros governamentais.

Ryan, Stanley & Nelson (2002) realçam a importância da evolução verificada nos três anos do período de análise, onde a qualidade da divulgação de informação aumentou. Observou-se que a informação financeira é mais completa que a informação não financeira, e que esta última ainda é escassa. Por isso, a informação é considerada, no sector publico, ainda como um problema. Ainda foi concluído, que os municípios com maior capacidade em obter receitas próprias ou de impostos estatais, terão possibilidades acrescidas em disponibilizar relatórios de qualidade. Por último, estes autores destacaram a importância do contexto jurídico como factor influenciador da qualidade de informação. Deixaram a nota de que seria interessante desenvolver um índice de responsabilização, o que permitiria analisar diferentes países consoante o sistema de informação implementado em cada um deles.

Tabela 4  
*Principais trabalhos empíricos sobre a qualidade da informação divulgada.*

Autores	Objectivos	Descrição
Ingram (1984)	Desenvolvimento de uma teoria positiva do estado das práticas de contabilidade; O enfoque é dado na qualidade da informação e da aplicação das práticas contabilísticas.	Amostra: 50 municípios dos Estados Unidos da América; Período de análise: 1979.
Robbins & Austin (1986)	Avaliar os determinantes da qualidade de divulgação dos relatórios anuais municipais através do uso de uma medida composta, em vez de uma medida (simples) unidimensional.	Amostra: 200 analistas de títulos municipais de Chicago, Nova-Iorque, Boston e Atlanta; Período de análise: 1981 – 1982.
Ryan, Stanley & Nelson (2002)	Procura-se medir a qualidade dos relatórios de prestação de contas anuais dos municípios, e investigar os factores que podem contribuir para esse nível de qualidade.	Amostra: 125 municípios de Queensland (Austrália); Período de análise: 1997, 1998, 1999.
Cárcaba & Garcia (2003)	Constatar a tendência da utilização da Internet, ao nível das autarquias locais europeias, para divulgar a informação financeira. Tendo em conta uma análise mais descritiva, e outra que demonstra a qualidade destes serviços.	Amostra: 162 municípios com uma população superior a 500.000 habitantes, (118: Espanha; 44: Resto da Europa); Período de análise: 2001.

Alguns autores também há se enquadram nesta categoria tais como Brusca & Montesinos (2006), Rodríguez *et al.*, (2006), Bailoa & Silva (2007), DeKruif (2007), Dawes (2010), Johansson & Siverbo (2009), Leandro *et al.*, (s/d), Lourenço *et al.*, (2011) e Lourenço, Jorge & Sá (2010). Embora não sejam estudos directamente relacionados com a análise da qualidade da informação

mas sim com a capacidade dos municípios em apresentarem a informação de forma a ser utilizada convenientemente e com alguma qualidade, referenciámo-los aqui.

## **2.2. Incentivos à divulgação de informação**

Os estudos identificados com o objectivo de avaliar os incentivos à divulgação de informação foram seleccionados e expostos nesta categoria, sabendo que podem ser vistos sobre a forma de incentivos políticos, sociais, financeiros, entre outros. Assim, na Tabela 5, verificam-se alguns estudos empíricos relevantes para o enquadramento do nosso tema.

Os resultados obtidos por Martani & Liestiani (s/d) enquadram-se na teoria de assimetria de informação. Desta forma, parece que os factores políticos e económicos influenciam algumas decisões financeiras no sector público. Será necessário examinar, de forma mais aprofundada, a eficácia dos mecanismos que controlam a divulgação de informação, até porque, os autores completaram a análise afirmando que a implementação das normas estabelecidas é considerada parcial, onde os indicadores de gestão são os que menos são divulgados. Este estudo também aponta para alguns incentivos, tais como receitas próprias, nível de dependência do Governo Central e a complexidade do Governo, das autoridades locais que podem influenciar a qualidade e a implementação de normas.

No que se refere a incentivos, Zimmerman (1977) preconiza a falta de implementação de reformas contabilísticas por parte das Instituições governamentais por essas não serem consideradas como necessárias e não cobrirem os custos correntes. Este autor afirmou ainda que as características das práticas contabilísticas do Governo influenciou a presença ou ausência de incentivos de eleitores para exercer alguma pressão sobre os políticos de forma directa.

Ingram & DeJong (1987) acrescentaram existir uma diferença notável a nível das práticas de divulgação de informação entre aqueles municípios que aplicam as regulamentações *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) e aqueles que não as aplicam. É natural verificar que o controlo das variáveis políticas e socioeconómicas nos municípios onde não se aplicam as normas GAAP traduz-se num nível de divulgação de informação mais baixo. Coombs & Tayib (1998) explicam essa lacuna através do desenvolvimento contabilístico visível que choca com a grande influência dos interesses, dos Governos centrais, do sector privado e grupos de utilizadores. Mas ao conceber um órgão que controle da divulgação de informação, isto induz à presença de informação adicional para os governos com dívidas baixas e não para aqueles que apresentam dívidas maiores (Gore 2004). Ou seja, a presença de uma regulamentação tem por função de atenuar o problema da falta de divulgação de informação, complementada por outros factores e incentivos que influenciam este resultado.

Tabela 5  
Principais estudos empíricos sobre os incentivos à divulgação de informação.

Autores	Objectivos	Descrição
Zimmerman (1977)	Este estudo visa proporcionar o começo da teoria positiva (Jensen & Meckling, 1976; Watts & Zimmerman, 1978; Watts & Zimmerman, 1990) da divulgação de informação pelos municípios. Isto, no âmbito de explicar o porquê do sistema contabilístico ter aquela forma de se organizar e estatuto no período de análise. Isto inclui uma análise dos municípios e os incentivos políticos tendo como objectivo divulgar mais informação.	Amostra: 96 cidades dos Estados Unidos da América; Período de análise: 1976.
Ingram & DeJong (1987)	Analisar a relação entre a divulgação de informação financeira das autarquias locais e os incentivos económicos disponibilizados pelos gestores políticos para divulgar informação.	Amostra: 544 cidades dos Estados Unidos com população superior a 20.000; Período de análise: 1981 – 1982.
Coombs & Tayib (1998)	Examinar as práticas das autarquias na divulgação de informação e desenvolver um índice comparativo entre municípios do Reino Unido e da Malásia.	Amostra: 5 municípios para cada país; Período de análise: 1994 – 1995.
Gore (2004)	Examinar o efeito da divulgação de informação de forma regulada nos municípios apoiando-se nos incentivos implementados para aumentar o nível de divulgação. Também é feita a análise, de entre alguns, dos factores determinantes da divulgação de informação.	Amostra: 175 municípios da Pensilvânia e Michigan com população superior a 10.000 habitantes; Período de análise: 1996.
Bakar & Saleh (2011)	i) Determinar o nível de divulgação de informação anual dos “Federal statutory bodies” (FSB) na Malásia. ii) identificar indicadores que relatem o nível de divulgação de informação e se o influencia.	Amostra: 118 FSB da Malásia; Período de análise: 2008.
Martani & Liestiani (s/d)	Estudar a implementação das normas que obrigam os municípios a divulgar informação orçamental, patrimonial e de gestão. Analisar a sua aplicação e identificar os factores que influenciam a divulgação.	Amostra: 92 municípios da Indonésia; Período de análise: 2006.
Alcaide, Garde, Rodriguez & Lopez (s/d)	Medir o impacto dos incentivos financeiros na divulgação da informação financeira no sector público	Amostra: 26 estudos empíricos; Período de análise: de 1983 a 2009.

No estudo apresentado por Alcaide *et al.*, (s/d) as conclusões revelam que a condição financeira dos municípios influencia a divulgação de informação. As variáveis financeiras estudadas incentivam os municípios a divulgar mais informação.

### 2.3. Factores determinantes divulgação de informação

Os estudos sobre os determinantes da divulgação de informação financeira na *Internet* pelas entidades públicas são ainda escassos e têm fundamentalmente origem em países anglo-saxónicos e também espanhóis.

Por exemplo, Allen & Sanders (1994) constataam que os factores políticos são preponderantes na evolução das práticas de divulgação de informação financeira, com predominância das GAAP. Em linha com os resultados apresentados anteriormente, Giroux & McLelland (2003) apresentam os responsáveis políticos como agentes principais que influenciam a divulgação de mais ou menos informação na *Internet*. Dos factores estudados, apenas a variável estrutura do governo apresenta uma relação positiva com um resultado estatisticamente significativo perante o índice de divulgação.

Cárcaba & García (2003) defende existir uma relação forte entre o endividamento e a divulgação de informação. Constatou também que a informação de gestão divulgada não o é em grande quantidade. Constata também uma escassez no que respeita a informação disponibilizada dos exercícios anteriores. Marti, Royo & Acerete (2009) e Leandro *et al.* (s/d) concluíram que a divulgação da informação mostra níveis baixos e a *Internet* não se revela como uma ferramenta utilizada para disponibilizar informação aos cidadãos.

Numa análise à extensão da informação divulgada, Cabedo & Archidona (2007), Cárcaba & García (2008) e Yu (2010) apresentam conclusões semelhantes no que se refere ao nível de divulgação de informação, isto é os níveis são baixos. Para Serrano, Rueda & Portillo (2008 a) os municípios com maior dimensão desenvolvem mais os *websites*. A explicação encontrada relaciona-se com o facto de conseguirem obter mais recursos e incentivos no sentido de apresentarem informação mais completa. Yu (2010) acrescenta que o desenvolvimento tecnológico propicia uma maior interacção entre os cidadãos e os governantes municipais. Também observaram que são factores influenciadores do nível de divulgação de informação, a competitividade política, a visibilidade do município na *Internet* e o investimento.

Na tentativa de afinar o estudo em relação à concepção do índice de divulgação, alguns autores optaram por criar categorias que se subdividem por natureza dos documentos. Cabedo & Archidona (2007) agrupou-os segundo os seguintes critérios: informação orçamental, informação financeira, navegabilidade e apresentação, interactividade. Concluiu que a informação orçamental e financeira tem um baixo nível de divulgação. Já Bakar & Saleh (2011) distinguiram alguns itens reunidos em cinco categorias de divulgação da informação: Visão geral (Características da entidade, informação dos anos anteriores); Gestão (Indicadores de gestão); Financeira; Performance (Indicadores de execução, desempenho); Outros (Recursos humanos, distinção dos activos). Evidenciam-se os documentos financeiros como a categoria que apresenta maior nível de divulgação.

Em termos de desempenho das práticas implementadas e formas de divulgar informação Rueda (2007) argumentara que no sector privado, a informação financeira na *Internet* se destina aos accionistas, investidores e beneficia a transparência e desenvolvimento dos mercados de capitais. No entanto, as entidades públicas têm um potencial de maiores seguidores de informação, já que a informação destina-se aos cidadãos. A utilização da ferramenta eletrónica facilitou e desenvolveu novas práticas de divulgação, aumentou a transparência dos municípios, bem como a melhoria de prestações de serviços.

Tabela 6  
*Principais estudos empíricos sobre os determinantes da divulgação de informação*

Autores	Objectivo	Descrição
Allen & Sanders (1994)	Identificar se o desenvolvimento das directivas, as praticas e regras influenciam o crescimento da divulgação da informação financeira dos municípios.	Amostra: municípios dos Estados Unidos da América; Período de análise: 1985 – 1990.
Giroux & McLelland (2003)	Testar a significância da estrutura de gestão perante o nível de divulgação contabilística.	Amostra/Municípios: 1983/175; 1996/209 (municípios com mais de 100.000 habitantes nos Estados Unidos); Período de análise: 1983/1996.
Cabedo & Archidona (2007)	Avaliar a extensão da informação divulgada na <i>Internet</i> e determinar quais os factores que afectam o nível de divulgação de informação. Criou um índice global, com diversas categorias, denominados por sub-índices (Orçamental, Financeira, Navegabilidade e apresentação, Interactividade).	Amostra: 130 municípios (com mais de 50.000 habitantes); Período de análise: 2005.
Cárcaba & Garcia (2008)	Identificar os factores que expliquem o maior ou menor nível de divulgação de informação na <i>Internet</i> por parte dos municípios. Eelaboraram dois modelos distintos: - MOD 1, relata a existência ou não de um sítio <i>Internet</i> ; - MOD 2, mensura o nível de divulgação de informação.	Amostra: 334 municípios espanhóis (com mais de 20.000 habitantes); Período de análise: 2005.
Yu (2010)	Investigar os determinantes da divulgação de informação financeira por parte dos Governos locais na <i>Internet</i> , na China.	Amostra: 63 províncias e cidades importantes excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan; Período de análise: 2008.
Serrano, Rueda & Portillo (2008 a)	Apresentar um modelo estrutural, sobre os factores que favorecem o desenvolvimento do e-government e da divulgação de informação on-line.	Amostra: 92 municípios (com mais de 70.000 habitantes); Período de análise: Junho 2006.
Bakar & Saleh (2011)	i) Determinar o nível de divulgação de informação anual dos “ <i>Federal statutory bodies</i> ” (FSB) na Malásia. ii) identificar indicadores que relatem o nível de divulgação de informação.	Amostra: 118 FSB da Malásia; Período de análise: 2008.

Na tabela acima, estão discriminados os principais estudos sobre determinantes da divulgação de informação financeira, com os respectivos objectivos que suportarão a definição das hipóteses de investigação do nosso estudo.

#### 2.4. Utilização do índice de conformidade

Como já foi frisado, alguns estudos investigaram a informação na perspectiva de constatar a conformidade com uma regulamentação existente. Ou seja, com base naquilo que rege a legislação correspondente, é feito um levantamento para elaboração de um índice de conformidade.

Os principais estudos analisados são os de Baber & Sen (1984), Ingram (1986), Evans & Patton (1987), Christiaens (1999), Falkman & Thagesson (2005), Benito, Brusca & Montesinos (2007), Marti *et al.* (2009), Ismail & Bakar (2010) e Leandro *et al.* (s/d).

Tabela 7  
*Principais estudos empíricos sobre a conformidade.*

Autores	Objectivos	Descrição
Evans & Patton (1987)	Elaborar um modelo eficaz que mensure os factores influenciadores, em termos de desenvolvimento de programas de controlo na divulgação de informação, na optica da conformidade.	Amostra: 444 cidades; Período de análise: 1985.
Christiaens (1999)	Tentar explicar o nível de conformidade em linha com as normas belgas dos municípios. Tendo por base um índice de qualidade.	Amostra: 100 municípios belgas; Período de análise: 1995.
Christiaens, Windels & Vanslebrouck (2004)	Explicar o nível de conformidade, tendo base a legislação contabilística sobre a divulgação de informação. Para isso foram concebidos dois índices de conformidade.	Amostra: 308 municípios da região da Bélgica (Flandres); Período de análise: 2003.
Marti, Royo & Acerete (2009)	Analisar o grau de cumprimento das Instruções Contabilísticas para as Administrações Locais (ICAL). Será que a aprovação da legislação efectivou a implementação do regulamento? Identificar o tipo de factores/indicadores que são divulgados com maior frequência.	Amostra: 56 municípios espanhóis (com mais de 50.000 habitantes); Período de análise: 2006.

Depois de analisar estes estudos, é recorrente verificar que a conformidade é estudada através das normas ou modelos de contabilidade pública implementados nos diferentes países. Segundo Ingram (1986), o estudo entre a conformidade do modelo contabilístico e a medição do risco de exposição dos municípios revela que a investigação efectuada permite a redução dos custos marginais, bem como um incentivo à determinação de outros modelos. Ainda se constata que o facto de procurar um modelo mais eficiente prevê custos adicionais.

Evans & Patton (1987) efectuam a análise da conformidade com base na aplicação das normas GAAP, tal com Benito, Brusca & Montesinos (2007) e Caba & Lopez (2009) em relação às IPSAS. Incluindo uma análise comparativa de outros estudos elaborados na mesma época, de onde se verifica uma relação positiva entre a conformidade e o tipo de governo, a qualidade do gestor, a população (1976-1980) e o endividamento. Em contrapartida, a população (1981-1984), as receitas, a competitividade política e o nível de escolarização apresentam uma associação negativa perante a conformidade ao programa analisado. Isto é explicado por dois principais motivos. A primeira razão advém da forma da investigação do Programa do Certificado de Conformidade. A segunda razão ocorre no enquadramento que é feito no que respeita na selecção das variáveis estudadas.

Na década seguinte, o interesse de estudar a conformidade passa a ser feita através da elaboração de um índice em apoio. Como se pode verificar no estudo de Christiaens (1999), onde foi apresentado um índice de conformidade por categorias de documentos e informação. Desta forma, as reformas verificadas nos municípios em estudo estão essencialmente relacionadas com a informação orçamental. O autor explica que a informação financeira e patrimonial tende transpor maiores conflitos devido ao nível de importância de cada natureza de informação. No entanto, Christiaens, Windels & Vanslebrouck (2004), tendo por base o índice elaborado por Christiaens (1999), foi complementado pela procura de conceber um índice metodológico que permita medir as reformas e as respectivas perspectivas contabilísticas. Para isto, um índice contabilístico e outro de gestão foram criados. Neste sentido, a intenção da investigação foi de preencher o vazio de actividades de avaliação em matéria de reformas governamentais e de criar uma nova perspectiva de avaliação.

Falkman & Thagesson (2005) analisaram a conformidade num contexto estandardizado; isto é, enfatiza a legislação sueca perante as práticas adoptadas para impulsionar a divulgação de informação e respeitar um nível de conformidade satisfatório. Porém, verifica-se que a conformidade é fraca perante as normas contabilísticas e a legislação, estabelecendo-se em média nos 70%. Em linha com esta conclusão, o impacto esperado das reformas sobre as práticas contabilísticas foi limitada. Os autores não encontraram uma razão que tenha tido impacto suficiente para enviar estes resultados, mas destacam quatro explicações que consideram factores explicativos desta baixa adesão. As explicações são as seguintes: falha nas competências, a qualidade da auditoria, a atitude e falta de sanções e práticas e legislação padronizados pouco claros.

*“A man who knows the price of everything and the value of nothing”*

(Lord Darlington, 1896)

**PARTE II. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA POR PARTE  
DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

## Capítulo 3. Metodologia

### 3.1. Objectivos e questões da investigação

A divulgação da informação financeira, através da *Internet*, tem vindo a desenvolver-se muito por via do quadro legislativo actual aplicado aos municípios portugueses. Muitos organismos debatem a necessidade de definir um modelo que possa convergir para uma estrutura uniforme, o que permitiria assistir a um desenvolvimento mais acentuado.

Apesar da crise internacional, o cuidado de divulgar informação financeira pela *Internet* cresceu. Conscientes do aumento da eficiência e eficácia dos serviços prestados e da informação partilhada, os municípios intensificaram a apresentação de informação *on-line*. Resultado da aprovação da Lei das Finanças Locais em 2007, as práticas de divulgação implementadas foram-se desenvolvendo verificando-se uma melhor estruturação por parte dos municípios para divulgarem a respectiva informação.

Neste sentido, objectivo principal deste estudo consiste em definir um modelo que identifique, de entre alguns, os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses. Através de uma recolha e tratamento dos dados, pretende-se saber de que forma, os vários factores seleccionados, influenciam a divulgação da informação financeira na *Internet*.

Serão criados sub-índices de divulgação que permitirão a definição de um modelo mais ajustado às categorias da informação divulgada. A título complementar da análise, o processo de divisão por natureza da informação visa estudar os determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet* por categorias pelos municípios portugueses. Isto é, medir o impacto dos factores explicativos da divulgação de informação orçamental, patrimonial, de gestão, outra informação, bem como da apresentada nos anos anteriores.

Para definir o modelo de análise, será identificado o nível de divulgação de informação financeira na *Internet* pelas Autarquias Locais no ano de 2010. Esta fase permite assimilar os determinantes que possam influenciar a divulgação ou a falta dela.

Ao longo da nossa investigação, e de acordo com a perspectiva do método quantitativo, a abordagem metodológica realizada tem por objectivo avaliar a situação real do nível de divulgação da informação financeira na *Internet*, pelos municípios portugueses.

Por um lado, a recolha e análise de dados foi efectuada através dos respectivos relatórios de prestação de contas e alguns portais que disponibilizam informação útil para o nosso estudo. Neste contexto de compreensão da realidade, o estudo empírico baseia-se na elaboração de testes estatísticos com apoio num programa informático especializado para esse efeito. Por

outro, as hipóteses de investigação formuladas seguem o método quantitativo e são testadas para dar continuidade ao tratamento e análise de dados.

### **3.2. Definição das hipóteses e apresentação das variáveis**

Para a consecução do objectivo do nosso estudo serão, nesta secção, apresentadas as hipóteses de investigação. As mesmas serão definidas tendo por base a revisão de literatura bem como as teorias<sup>5</sup> que poderão enquadrar o estudo.

#### *3.2.1. Definição das hipóteses*

##### **Dimensão populacional**

A dimensão populacional é frequentemente considerada como uma variável importante, sobretudo no contexto dos determinantes das práticas contabilísticas e da transparência (Christianes, 1999). De notar que os estudos foram convergindo para um único resultado. Isto é que a dimensão de um município pode influenciar positivamente a divulgação da informação financeira, tendo sido Zimmerman (1977) o precursor desta conclusão.

Tal como revela o estudo de Ingram (1984), esta variável é medida pelo número de pessoas residentes nos municípios. De outra forma, a dimensão populacional é vista, por este autor, como um factor que influencia a divulgação da informação no sentido de quanto maior é a população, mais informação é divulgada.

Também segundo Baber, (1983) a densidade populacional tem efeitos positivos sobre a gestão de informação. Por norma, observam-se relatórios e formas de divulgar informação com uma qualidade superior por parte dos municípios com maior população. Todavia, Evans & Patton (1987) obteve uma conclusão divergente. Este autor aponta para uma associação negativa entre a variável população e a divulgação da informação.

Geralmente, os municípios com maior dimensão têm uma responsabilização acrescida, isto resultando numa procura de informação mais frequente por parte dos cidadãos (Giroux & McLelland, 2003). Assim, as autarquias com maior dimensão são obrigadas a divulgar informação nos *websites*, sendo este meio o que corresponde melhor às necessidades dos cidadãos. Assim, é melhorada a acessibilidade e o atendimento aos cidadãos (Laswad, Fisher & Oyelere, 2005), o que fomenta a transparência. Segundo Caba & Hernández (2009), quanto maior será a for o município, maior transparência financeira.

---

<sup>5</sup> As hipóteses aqui estabelecidas são associadas, essencialmente às teorias de agência e da assimetria da informação.

De acordo com Ryan *et al.* (2002), concluiu-se que a dimensão está associada com a publicação de informação anual nas AL. Cárcaba & García (2008), Serrano *et al.* (2008) referem que existe uma associação entre a dimensão e a divulgação electrónica.

Tendo por base os estudos apresentados, bem como a teoria da agência, definimos a seguinte hipótese:

- **H1:** *Existe uma relação positiva entre a dimensão populacional e a divulgação da informação financeira na Internet.*

### **Ideologia política**

No estudo elaborado por Piotrowski & Ryzin (2007), é evidenciada a relação entre o nível de transparência e a ideologia política. Os resultados evidenciam uma relação negativa entre o partido conservador e o nível de transparência. Como visto anteriormente, os partidos conservadores (de Direita) não estão tão propensos em divulgar informação em comparação com os partidos trabalhistas (de Esquerda). O facto dos partidos de esquerda idealizarem um Estado mais interventivo, induz a um aumento da transparência. O facto de divulgar mais informação implica uma maior proximidade dos cidadãos com os órgãos no poder (Lourenço *et al.*, 2011). Neste contexto, apresenta-se a seguinte hipótese:

- **H2:** *A ideologia do partido político no governo do município (direita) influencia negativamente a divulgação de informação financeira na Internet.*

### **Competitividade política**

Segundo Baber (1983), quanto maior for a competitividade ideológica, maior é o incentivo à divulgação da informação. Isto é, a relação revela-se positiva entre a competitividade política e a divulgação da informação. Diversos estudos obtiveram as mesmas conclusões, tais como Ingram (1984), Baber & Sen (1984).

Rueda (2007) estudou a divulgação da informação financeira tendo por base a competitividade política do partido em funções. Este autor observou alguns indícios que relacionam os aspectos políticos dos municípios e a divulgação de informação de forma digital. As conclusões apuradas neste estudo são de uma relação positiva entre esta variável e a informação que pode ser divulgada na Internet. O facto de divulgar a informação financeira na *Internet* permite aos políticos transmitirem uma imagem de transparência.

Assim, estabelecemos a seguinte hipótese:

- **H3:** *Os municípios governados com minoria divulgam mais informação financeira na Internet.*

### **Despesas de capital**

As despesas de capital não têm sido muito estudadas nos trabalhos relacionados com a divulgação de informação financeira na *Internet*. O que se verifica é uma análise mais dedicada ao investimento, o que está correlacionado com a despesa de capital. No entanto, pensamos que no âmbito de uma maior transparência, poderá existir uma necessidade de publicar informação, no sentido de explicar aos cidadãos de que formas foram financiadas as despesas de capital.

Cárcaba & García (2008) afirmam existir algum interesse em divulgar este tipo de informação pelo simples facto de ser benéfico, em termos políticos, e também demonstrar uma capacidade em divulgar informação detalhada e proveitosa para o contribuinte. Este aspecto realça a importância do estudo conduzido por Rosemberg (1992) onde afirma que durante o período pré-eleitoral, as despesas apresentadas pelos Governos Locais desviam-se cerca de 20% dos valores considerados normais. Em alguns estudos é enaltecida a importância da redução dos custos, ou despesas. Desta forma, percebemos que é dada ênfase ao factor político e as suas vantagens em divulgar a despesa de capital realizada pelo município.

Neste sentido, definimos a seguinte hipótese:

- **H4:** *Há uma relação positiva entre a despesa de capital e a divulgação da informação financeira na Internet.*

### **Endividamento**

O financiamento das actividades públicas implica um recurso ao endividamento por parte dos municípios. No caso português, como estipula a Lei das Finanças Locais, o limite do endividamento líquido municipal estabelece-se em 125% do montante das receitas (Fernandes, 2007). Não obstante o controlo legislativo, desempenhado pela Assembleia da República e o controlo técnico efectuado pelo Tribunal de Contas, cabe também aos cidadãos e credores o controlo das actividades dos municípios (Zimmerman, 1977). Desta forma, será espectável que o recurso aos mercados de capitais seja um factor que influencie a partilha da informação (Rueda, 2007).

Vários estudos concluem que, a dívida se relaciona positivamente com a revelação de informação por parte das AL (Ingram & Copeland, 1982). Por exemplo, Gore (2004) obteve

resultados idênticos acrescentando um aspecto relevante das AL que utilizem, de forma habitual, o financiamento através dos mercados mas também aquelas que acedem a outros tipos de financiamentos, como por exemplo as entidades bancárias. Ou seja, os municípios que apresentam um nível satisfatório de informação são aqueles que menos recorrem ao financiamento externo ou alternativo. Também partilham da mesma opinião Ingram (1984), Ingram & DeJong (1987) com uma análise focalizadas nas práticas de divulgação da informação pelas AL. Também, Evans & Patton (1987), Rueda (2007) e Cárcaba & García (2008) chegaram à conclusão que existe uma relação entre o endividamento dos municípios e a divulgação de informação financeira.

- **H5:** *Há uma relação positiva entre o endividamento líquido e a divulgação da informação financeira na Internet.*

### **Total transferências**

Esta hipótese tem por base a teoria de agência.

Ingram (1984) e Christianes *et al.* (2004) apresentam uma relação positiva entre a divulgação da informação com as transferências de verbas efectuadas pelos Governos Centrais. Existe um controlo por parte do Estado, pois o elevado nível de dependência tende a aumentar a divulgação de informação. Uma vez que existem restrições estabelecidas, o Governo monitoriza as divulgações dos relatórios financeiros. No entanto, Giroux & McLelland (2003) defendem que, se a natureza das transferências se equipara a subsídios inter-governamentais, ou seja, por exemplo Fundos Comunitários, retribuição da participação no IRS, existe uma relação negativa perante a divulgação de mais informação financeira.

- **H6:** *Existe uma relação negativa entre as transferências do Governo Central e a divulgação de informação financeira na Internet.*

### **Receitas totais**

A forma encontrada, por parte de diversos autores, para mensurar a riqueza obtida pelos municípios consubstanciou-se na análise das receitas próprias per-capita (e.g. Zimmerman, 1977; Ingram, 1984; Robbins & Austin, 1986; Evans & Patton, 1987). Christiaens (1999) refere que a maior capacidade dos municípios para arrecadar receita influencia a qualidade dos relatórios de prestação de contas. Isto é, em termos da contabilidade de gestão nota-se uma melhoria no desempenho das apresentações dos relatórios de gestão.

As receitas totais incorporam as receitas de cariz fiscal, ou seja, os impostos e taxas municipais. Assim, Cabedo & Archidona (2007) e Rueda (2007) asseguram existir uma

contrapartida interessante para os políticos locais que consiste em obter uma possibilidade de reeleição se verificarmos uma redução das taxas e impostos municipais.

De modo geral, a literatura indica uma relação positiva entre as receitas totais e as práticas de divulgação da informação financeira na *Internet* pelas AL.

De acordo com estas afirmações, expomos a seguinte hipótese:

- **H7:** *Existe uma relação positiva entre as receitas totais e a divulgação de informação financeira na Internet.*

Numa tentativa de melhorar o modelo que será apresentado, serão introduzidas algumas variáveis de controlo. Desta forma, serão incluídas o número de funcionário dos municípios e a taxa de participação nas últimas eleições municipais. Este procedimento é normalmente utilizado nos vários estudos internacionais.

### 3.2.2. *Variáveis independentes*

Estas variáveis, designadas como independentes, decorrem das hipóteses de investigação previamente formuladas.

Os dados extraídos dos relatórios de contas, os cálculos efectuados, bem como a informação disponibilizada no portal autárquico e no *website* da Comissão Nacional de Eleições, permitiram uma recolha exaustiva para proceder à nossa análise.

Para além das variáveis independentes serão como já referimos, incluída de controlo. A variável “Pessoal” tem por objectivo atenuar as possibilidade de mensuração o tamanho dos municípios. As variáveis de natureza política são complementadas por um factor importante, a taxa de participação eleitoral. Sem ela, a representatividade do partido em funções pode ser subjectiva. Quer isto dizer, um município cujo partido foi eleito com uma participação elevada propicia outra fiabilidade dos resultados.

Tabela 8  
*Caracterização das variáveis*

Variáveis	Indicadores	Designação e suportes	Fontes
X1 População	População do município no ano de 2011	Logaritmo da população	INE: Censos 2011
X2 Ideologia política	Resultado eleitorais autárquico 2009 (CM), identificando a cor política.	1 Partido de direita, 0 Partido de esquerda	CNE: Eleições 2009
X3 Competitividade política	Resultado eleitorais autárquico 2010 (AM), verificando a obtenção de maioria nas eleições.	1 maioria, 0 minoria	CNE: Eleições 2010
X4 Despesas capital de	Total das despesas de capital	D.L. n.º26/2002 de 14 de Fevereiro	Portal Autárquico
X5 Endividamento líquido	Endiv. Liq. = Passivo Líquido - Activo Líquido	Lei das Finanças Locais	Portal Autárquico, DGAL
X6 Total Transferências	Transferências do Governo Central		Portal Autárquico
X7 Receitas Totais	Receitas Totais		Portal Autárquico

Como podemos constatar, estas variáveis foram recolhidas no Portal Autárquico e no sítio da Comissão Nacional de Eleições.

Tabela 9  
*Caracterização das variáveis de controlo*

Variáveis	Indicadores	Designação e suportes	Fontes
C1 Pessoal	Número de trabalhadores	Balanço social 2009	Portal Autárquico
C2 Taxa de participação	Resultados das eleições autárquicas 2009, onde se calcula o nível de participação eleitoral		CNE: Eleições 2009

### 3.3. Selecção da amostra e período de análise

A população do estudo é constituída pelo conjunto dos municípios portugueses, no total 308 municípios situados em Portugal continental e arquipélagos da Madeira e dos Açores. A amostra é estabelecida considerando os critérios a seguir expostos:

- a presença de cada município na *Internet*, isto através da construção de uma página electrónica própria;

- a disponibilização dos documentos de prestação de contas anuais principais através dos respectivos websites.

Na nossa análise, calcular-se-á um índice de divulgação de informação nas páginas electrónicas dos municípios. Destacam-se características distintas na nossa fase de investigação, o que leva a identificar a mais importante:

- ao criar o índice de divulgação, os municípios escolhidos para realização dos testes estatísticos são aqueles que disponibilizam informação durante o período de análise;

O ano que será alvo de estudo é o de 2010 pretendendo-se analisar o desempenho dos municípios no que concerne ao nível de divulgação da informação na *Internet*. Como os municípios deveriam desde do ano de 2007 divulgarem informação financeira nas respectivas páginas electrónicas, pressupõe-se que neste ano já exista alguma consolidação em relação a essa matéria.

Em termos de localização geográfica, os municípios portugueses analisados distribuem-se pelas regiões designadas por NUTS III, conforme a Tabela 10:

Tabela 10  
*Distribuição geográfica*

Regiões	NUT III
Norte	Alto Trás-os-Montes (14); Ave (8); Cávado (6); Douro (19); Entre Douro e Vouga (5), Grande Porto (11); Minho-Lima (10); Tâmega (12).
Centro	Baixo Mondego (10); Baixo Vouga (11); Beira Interior Norte (9); Beira Interior Sul (4); Cova da Beira (3); Dão-Lafões (14); Médio Tejo (10); Oeste (12); Pinhal Interior Norte (14); Pinhal Interior Sul (5); Pinhal Litoral (5); Serra da Estrela (3).
Lisboa e Vale do Tejo	Grande Lisboa (9); Península de Setúbal (9).
Alentejo	Alentejo Central (14); Alentejo Litoral (5); Alto Alentejo (15); Baixo Alentejo (13); Lezíria do Tejo (11).
Algarve	Algarve (16).
Região Autónoma dos Açores	RAA (19).
Região Autónoma dos Madeira	RAM (11).

### 3.4. Técnica adoptada na recolha e tratamento dos dados

#### 3.4.1. Estruturação do índice

O procedimento de recolha de dados conta com a particularidade distinguir os municípios divulgadores, assim como os municípios não divulgadores. Para isso, a necessidade de identificar as 308 páginas electrónicas é o primeiro passo da recolha de informação. Após essa recolha, o desenho do modelo de análise atribui particular importância à lista de documentos que cada município deve apresentar. A designação de sub-índices de divulgação por categorias permite classificar os dados recolhidos dos documentos de prestação de contas anuais dos municípios.

Os autores que se debruçaram sobre o tema geral da divulgação de informação, tanto no sector privado como no sector público, contribuíram para uma técnica de análise focalizada na quantificação dos documentos de natureza contabilística, divulgados num determinado período. Rueda (2007), Cabedo & Archidona (2007), Cárcaba & García (2008), Serrano, Rueda & Portillo (2008 b), Yu (2010), Bakar & Saleh (2011), (Martani & Liestiani (s/d) foram, de entre outros, os principais adeptos a implementar este método quantitativo nos estudos efectuados. Esta técnica recolhe a preferência tanto para a análise de informação voluntária, tanto para o sector privado como para o sector público.

A recolha dos dados será feita nos sítios de *Internet* oficiais dos municípios. Em Portugal, o estudo da divulgação da informação financeira na *Internet* tem sido pouco estudado pelos académicos, bem como por parte dos Organismos Reguladores, nomeadamente o Governo, o Tribunal de Contas. Apenas a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) dá ênfase à divulgação da informação financeira por parte dos municípios, através da publicação de um Anuário Financeiro dos municípios Portugueses. No entanto, não faz uma análise, considerando a informação divulgada na *Internet*.

#### **Variável dependente – Índice de Divulgação**

Após a recolha de dados dos Relatórios de Contas e de Gestão divulgados pelos municípios, referente aos anos de 2010, calculamos o índice de divulgação. No âmbito do estudo, o índice de divulgação permite analisar o nível de divulgação de informação apresentada nos respectivos *websites* dos municípios. Aqueles que não partilham qualquer tipo de informação, no ano 2010, foram excluídos da amostra.

A medição do nível de divulgação requer seguir dois passos fundamentais para recolha dos dados:

Passo 1: a identificação de todos os municípios de Portugal continental e ilhas, para proceder à observação detalhada das páginas electrónicas de cada um deles;

Passo 2: nos casos onde o grau de dificuldade de pesquisa fosse mais elevado, utilizou-se da barra de pesquisa. Isto é, na maior parte dos casos, os municípios costumam organizar os menus da seguinte maneira: Autarquia; município; Serviços; Informação ou Notícias; e, vários outro tipo de itens.

Classificar os documentos em cinco categorias, o que nos permite afinar a precisão dos resultados finais. Assim, o índice de divulgação é constituído por 36 itens no total, apresentados no ponto 3.2.1. As categorias principais ou sub-índices de divulgação são:

1. Divulgação de Informação Orçamental (DIO) – 18 itens;
2. Divulgação de Informação Financeira e Patrimonial (DIFP) – 4 itens;
3. Divulgação de Informação de Gestão (DIG) – 3itens;
4. Divulgação de Outra Informação (DOI) – 8 itens;
5. Divulgação de Informação dos Anos Anteriores (DIAN) – 3 itens.

Cada item, associado às respectivas categorias, é identificado como variável dicotómica. Para cada um deles, é necessário distinguir entre documentos divulgados e não divulgados. Assim, quando o item é divulgado é a variável toma o valor 1; se o documento não é divulgado toma o valor 0.

O valor do índice global, para cada município, é determinado pelo quociente entre o total de itens divulgados pelos municípios da amostra e a soma de todos os itens que constituem o índice de divulgação global. A fórmula seguinte é utilizada para cada categoria, acima descritas, a saber:

$$IDG m = \sum_{i=1}^n e_i/e$$

Onde,

IDG m = Índice de Divulgação Global dos municípios m, no ano de 2010;

$e_i$  = Número de itens  $i$  divulgados pelo determinado município  $m$ ;

$e$  = Total itens considerados para o cálculo do índice.

O formato desta variável é designado como dicotómica, ou em inglês *dummy*, aquando é feita o levantamento do número dos itens  $i$  divulgados pelos municípios. Na determinação do índice global procede-se ao calculo de um quociente que quanto mais próximo de 1 o valor do IDG se estabelecer, maior é a divulgação feita pelo município.

Alguns dos estudos analisados, com referência à construção de um modelo de análise através de um índice, apresentam uma ponderação maior consoante a importância dos itens em análise. O modelo desenvolvido através desses critérios caracteriza-se pelo estudo da performance. O índice de divulgação que desenvolvemos não sofreu qualquer ponderação específica. Porém, com base no n.º2 do ponto 2. “Considerações Técnicas” do POCAL, que define os documentos de prestação de contas das AL a remeter obrigatoriamente ao Tribunal de Contas, permite a configuração de um índice designado de índice de divulgação de informação, apresentado mais à frente.

#### 3.4.2. Procedimentos estatísticos

Os programas utilizados para realizar o tratamento e análise dos dados foram o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – Versão 19 para Windows), bem como o STATA (versão 11 para Windows).

Na primeira fase do nosso estudo, as variáveis foram sujeitas a uma análise descritiva, recorrendo às distribuições de frequência, assim como a medidas de localização. Esta análise permite retirar as primeiras impressões sobre o nível de divulgação da informação.

Para poder identificar os factores explicativos do nível de divulgação, utilizou-se uma análise univariada e multivariada. Foram aplicados testes adequados de forma a perceber se as variáveis apresentadas (quantitativas ou qualitativas dicotómicas (dummy)) explicam o índice de divulgação de informação. Assim, aplicam-se apenas testes paramétricos.

A análise multivariada visa identificar quais os determinantes que influenciam a divulgação da informação financeira na *Internet* pelos municípios. O modelo será estimado, tendo por base a regressão de *Poisson*. Neste sentido, utiliza a variável dependente IDG e como variáveis explicativas, os factores determinantes do nível de divulgação de informação financeira na *Internet* pelos municípios supramencionados.

## Capítulo 4. Análise dos resultados

### 4.1. Caracterização da amostra

#### 4.1.1. Composição da amostra

A amostra é constituída pelos municípios que apresentam uma página electrónica, a qual disponibiliza a informação financeira, mais especificamente os documentos de prestação de contas anuais. Neste sentido, a amostra conta com um total de 256 municípios (83,12%), dado serem os que divulgam informação financeira. No caso em que não se verifique as condições acima expostas os municípios foram retirados e identificados como não divulgadores (52 representando 16,88%).

Depois de ter efectuado a pesquisa, tendo por base as características apresentadas no ponto 3.4., iremos proceder à análise para os 256 municípios. Para completar o nosso estudo, os 36 critérios identificados foram classificados por categorias para uma posterior utilização, conforme se apresenta de seguida:

- **Orçamental:** 1 – Orçamento; 2 – Mapa controlo orçamental da despesa; 3 – Mapa controlo orçamental da receita; 4 – PPI; 5 – Mapa de execução do PPI; 6 – Mapa fluxos de caixa; 7 – Mapa das contas de ordem; 8 – Mapa de operações de tesouraria; 9 – Modificações do orçamento – Receitas; 10 – Modificações do orçamento – Despesas; 11 – Modificações do PPI; 12 – Contratação administrativa - Situação dos contratos; 13 – Mapa das transferências corrente – Despesas; 14 – Mapa das transferências capital – Despesas; 15 – Mapa das transferências corrente – Receitas; 16 – Mapa das transferências capital – Receitas; 17 – Mapa subsídios concedidos; 18 – Mapa subsídios obtidos;

- **Patrimonial e Financeira:** 19 – Balanço; 20 – Demonstração de resultados; 21 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados; 22 – Mapa amortizações;

- **Gestão:** 23 – Empréstimos; 24 – Mapa sobre outras dívidas a terceiros; 25 – Relatório de gestão;

- **Outra Informação:** 26 – Relação nominal dos responsáveis e montantes; 27 – Caracterização da entidade; 28 – Guia de remessa; 29 – Acta da reunião em que foi discutida e votada; 30 – Norma do controlo interno e suas alterações; 31 – Resumo diário de tesouraria; 32 – Síntese das reconciliações bancárias; 33 – Mapa de fundo de maneo;

- **Informação de anos anteriores:** 34 – Ano de 2007; 35 – Ano de 2008; 36 – Ano de 2009.

#### 4.1.2. Caracterização dos municípios que compõem a amostra

Os municípios analisados dividem-se em três grupos <sup>6</sup>distintos, conforme exposto na tabela apresentada a seguir (Tabela 11). Um dos aspectos importantes da nossa investigação é verificar, por categorias de índices, o nível de divulgação da informação, tendo por base o tamanho do município.

Tabela 11  
*Municípios por dimensão*

Dimensão	N.º municípios	%
Pequeno	145	56,64
Médio	89	34,77
Grande	22	8,59
TOTAL	256	100

Numa análise breve, podemos verificar que os municípios de menor dimensão apresentam um peso considerável em comparação aos grandes municípios, respectivamente de 56,64% e 8,59%.

Porém, na nossa análise é importante realçar, para além do tamanho dos municípios, o enquadramento geográfico. Neste sentido, na Tabela 12, apresenta-se a divisão dos municípios por regiões, considerando a divisão do NUTS III.

Tabela 12  
*Municípios que compõem a amostra por região*

Região geográfica	N.º municípios	N.º municípios da amostra	%
Norte	86	74	86,05%
Centro	100	75	75%
Lisboa e Vale do Tejo	18	16	88,89%
Alentejo	58	50	86,21%
Algarve	16	16	100%
Região Autónoma dos Açores	19	16	84,21%
Região Autónoma da Madeira	11	9	81,82%
TOTAL	308	256	83,12%

<sup>6</sup> Dimensão, ordenado conforme a população do município:

Município Pequeno = População  $\leq$  20.000;

Município Médio = ]20.000;100.000];

Município Grande =  $\geq$  100.000.

Podemos concluir que a Região Centro tem uma maior representatividade, mas no entanto, verificam-se apenas 75% representados na amostra. As outras regiões mantêm uma representatividade na amostra acima dos 80%. Ainda, podemos constatar que em relação à região do Algarve será estudada a totalidade dos municípios.

## **4.2. Resultados de investigação**

### *4.2.1. Análise descritiva dos resultados*

O resumo do grau de divulgação de informação global dos municípios, em relação aos 36 itens, apresenta-se no Apêndice III.

Verifica-se uma discrepância notável entre os diferentes critérios divulgados. Assim, documentos como a Guia de remessa (13,28%), Norma do controlo interno (20,70%), Mapa subsídios obtidos (21,09%) bem como o resumo diário de tesouraria (28,52%) apresentam resultados inferiores a 30%, ou seja apenas 30% divulgam esses documentos. Em contrapartida, o balanço é o documento mais divulgado com 99,61%, seguido da demonstração de resultados (98,83%), do Orçamento (98,05%) e do Plano Plurianual de Investimento (PPI – 98,05%).

De modo geral, os municípios portugueses divulgam em média 23,41 critérios dos 36, no total. Em termos de percentagem, os municípios em média divulgam 65,03% dos critérios, acima expostos.

Uma vez que se pretende averiguar que documentos são mais divulgados, procedeu-se a um agrupamento por cinco categorias e à contagem dos documentos apresentados para cada município. No índice DIO verifica-se que os cinco primeiros critérios são amplamente divulgados. No que respeita aos índices DIFP e DIG, apuramos um nível aceitável de divulgação, ultrapassando os 75%. Os documentos que compõem estas duas categorias são considerados relevantes no trabalho de relato de contas.

No caso do índice DOI (critério 26 ao 33), constata-se que os municípios não lhe dão tanta importância como nos documentos atrás apresentados. Destacam-se as actas de reunião com 248 municípios (96,88%) a divulgarem estes documentos, também a caracterização da entidade com 146 (57,03%). De resto, a outra informação não apresenta grande relevância para os municípios portugueses.

O desenvolvimento do índice DIAN sublinha o historial de divulgação de informação efectuado pelos municípios desde de 2007, data em que foi legalmente aprovada a Lei das Finanças Locais. Pela análise do Apêndice III, a evolução crescente dos municípios divulgadores

justifica-se pelo entrosamento do sistema de informação e pela importância que a informação pode ter para os municípios. Os últimos três critérios, nomeadamente 34 ao 36, estabelecem uma análise temporal.

Após a identificação dos sub-índices, procedeu-se ao cálculo do nível de divulgação por categorias. Como podemos verificar no Apêndice III, a pontuação da informação disponibilizada por cada município é obtida adicionando, para cada critério, o total dos documentos divulgados pelos municípios, respeitando as categorias.

O que podemos ressaltar do Apêndice III são as seguintes conclusões:

- Índice DIO: num total de 18 critérios, apenas 26 municípios apurados preenchem na íntegra todos os critérios. Mas, é possível verificar que o município de Gouveia é o único que divulga 1 só critério. A média obtida para esta categoria estabelece-se num nível de divulgação de 65,95%, o que representa uma média de 11,87 documentos divulgados;
- Índice DIFP: de forma mais expressiva, este sub-índice prima pelo nível de divulgação elevado, fixando-se nos 87,7%. O que pode justificar este bom desempenho é a natureza dos documentos que compõem esta categoria, isto é, sendo os principais documentos a divulgar, nomeadamente o balanço e demonstração de resultados, leva a que o nível de divulgação seja mais significativo. Em quatro documentos, 3,51 são divulgados em média, o que representa 175 municípios divulgadores com nota máxima;
- Índice DIG: em linha com o índice anterior, os documentos de gestão são vistos com particular importância pelos municípios. Isto justifica-se pois constata-se que 2,49 documentos de um total de três, são divulgados (82,94%);
- Índice DOI: Os resultados obtidos demonstram que é o único índice que se situa abaixo dos 50%, atingindo os 40,28%. No entanto, verifica-se que há 15 municípios a divulgarem a totalidade dos critérios;
- Índice DIAN: este último índice, como já foi frisado, permite diagnosticar a evolução da divulgação da informação ao longo de um período de três anos. Na grande maioria dos municípios, 151 dos 256 analisados, divulgam informação regularmente desde 2007, sem contar o ano 2010;
- Índice IDG: em média os municípios divulgam 23,41 critérios, o que representa uma percentagem de 65,03%. De notar, Alfandega da Fé, Lajes do Pico, Ourém e Santa Cruz da Graciosa têm um desempenho exemplar em matéria de divulgação de informação, isto é, disponibilizam os 36 critérios totais do nosso índice.

Depois de termos comentado os valores obtidos para o nível de divulgação da informação financeira pelos municípios na *Internet*, procedemos agora à análise da estatística descritiva (Tabela 13) para as variáveis independentes incluídas nos modelos.

Não obstante a importância dos indicadores estatísticos, tal como o mínimo, máximo e a média, através do desvio padrão, é notável a dispersão que apresentam as variáveis Despesas de Capital\_per capita, Endividamento Líquido\_per capita, Transferências\_per capita e Total Receitas\_per capita. Por conseguinte, esta dispersão reflecte a diversidade existente entre os municípios analisados. Assim, tomando por exemplo a variável Total Receitas\_per capita, distinguem-se os municípios com uma capacidade de arrecadar mais receita do que outros. Isto pode ser explicado por diversos factores, tais como o tamanho, políticas fiscais, desenvolvimento dos municípios, entre outros. Esta variável destaca-se assim com um desvio padrão elevado o que explica uma discrepância entre os municípios em termos de receitas contabilizadas.

Tabela 13  
*Estatísticas descritivas das variáveis independentes.*

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
População	256	6,06	13,21	9,7830	1,15462
Ideologia	256	0	1	,44	,497
Competitividade	256	0	1	,71	,456
Despesas de Capital_per capita	256	4,98	12466,73	593,1615	946,94107
Endividamento Líquido_per capita	256	-1006,63	3651,97	621,9481	638,25849
Transferências_per capita	256	10,44	11400,51	814,9131	959,73707
Total Receitas_per capita	256	280,06	108375,07	6199,2603	8129,24456
Pessoal	256	3,64	9,23	5,7154	,83890
Tx_Particip	256	,00	81,11	62,9033	8,39217
Valid N (listwise)	256				

#### 4.2.2. Análise dos determinantes do nível de divulgação

A Tabela 14 enumera os factores explicativos do nível de divulgação de informação. A selecção das variáveis independentes teve por base os estudos apresentados no ponto 3.2. Tal como já referimos, identificam-se dois tipos de variáveis, por um lado as variáveis explicativas e por outro, as variáveis de controlo (possibilitam um aumento na qualidade do modelo). Desta forma, o modelo define-se considerando as variáveis seguintes:

Tabela 14  
*Factores explicativos do nível de divulgação*

Factores explicativos
População
Ideologia política
Competitividade política
Despesas de capital per capita
Investimento per capita
Endividamento líquido per capita
Total transferências do Governo Central per capita
Receitas totais per capita
Pessoal
Taxa de participação

#### 4.2.2.1. Modelo de Poisson

Procura-se de seguida desenvolver um modelo de regressão de *Poisson*. O modelo descreve uma relação entre o conjunto de variáveis quantitativas independentes, e uma variável dependente, também ela quantitativa e neste caso representada pelo Índice de Divulgação de Global (IDG) (Tabela 15).

Também serão apresentados modelos para o Índice de Divulgação Orçamental (ÍD\_DIO) e Índice de Divulgação Financeira e Patrimonial (ID\_DIFP), pois, tal como já referimos, são os que apresentam valores médios maiores, o que pode evidenciar uma maior preocupação dos municípios em divulgar este tipo de informação.

No âmbito de apresentar o melhor modelo, no sentido de melhorar o ajustamento dos resultados, foram elaborados vários testes, com outras variáveis e com a utilização de diversos métodos estatísticos. Inicialmente, foi aplicado o método mais recorrente da revisão de literatura que era a regressão linear. Porém, esta não apresentava resultados satisfatórios. Isto porque, o pressuposto inicial de que a amostra era composta por um número superior a 30 observações não justificava uma distribuição linear dos dados. Também foi estabelecido a hipótese de aplicar o método da regressão linear múltipla, igualmente verificada nos estudos de Cabedo & Archidona (2007), Bakar & Saleh (2011). As sucessivas tentativas de ajustar o melhor modelo, destacavam-se sempre conclusões adversas às esperadas, bem como um enviesamento dos resultados e dos dados, em termos técnicos designados por um enviesamento à esquerda.

No entanto, a escolha do modelo de regressão de *Poisson* relaciona-se com o facto de a variável dependente ter por base dados de contagem num período de tempo específico e corrigir possíveis enviesamentos. Segundo o autor deste modelo Siméon Denis Poisson (1781-

1840), a utilização da probabilidade de *Poisson* tem por fim identificar o número de ocorrências num evento, o que permitirá estudar a sua relação com várias variáveis explicativas.

O número de observações, sendo elevado e a probabilidade de um evento ocorrer com pouca frequência, a distribuição observada é semelhante à de *Poisson*. Para uma probabilidade de ocorrência, que é dada por  $\lambda$  tal como na distribuição Binomial, com contagem  $n$  e probabilidade  $p$ , da forma seguinte: " $\lambda = n * p$ ".

Este modelo foi aplicado aos municípios divulgadores, retirando desta forma os municípios não divulgadores:

Tabela 15  
*Modelo de Poisson*

$\hat{I}_{DG\ it} = \exp(\beta_0 + \beta_1 X1 + \beta_2 X2 + \beta_3 X3 + \beta_4 X4 + \beta_5 X5 + \beta_6 X6 + \beta_7 X7)$
<p><math>\hat{I}_{DG\ it}</math> Valor do índice de divulgação para o município <math>i</math> no momento <math>t</math>;</p> <p><b>X1 (População):</b> Habitantes registados nos censos 2011;</p> <p><b>X2 (Ideologia política):</b> Ideologia política, variável dicotómica: 1 – Partido parlamentar de direita; 0 – Partido parlamentar de esquerda;</p> <p><b>X3 (Competitividade política):</b> Competitividade política, variável dicotómica: 1 – Partido com maioria; 0 – Partido com minoria;</p> <p><b>X4 (Despesas de Capital):</b> Mapa de controlo orçamental das despesas;</p> <p><b>X5 (Endividamento Líquido):</b> No Portal Autárquico é exposto o endividamento líquido de cada município português;</p> <p><b>X6 (Total Transferência):</b> Através do Portal Autárquico, as transferências realizadas pelo Governo Central para os municípios.</p> <p><b>X7 (Receitas Totais):</b> As receitas totais registadas no Portal Autárquico.</p>

#### 4.2.2.2. Resultados da estimação do modelo

De seguida, apresentamos a estimação do modelo para 255 municípios, isto devido ao facto de ter sido retirado um município por ser considerado como *outlier* (Tabela 16). Para um aprofundamento dos resultados obtidos para o índice global, foram, tal como já referimos, efectuadas estimações para os vários sub-índices de divulgação. Depois de verificar os resultados obtidos para as cinco categorias de índices, apenas apresentaremos os mais importantes, que são os relacionados com a informação orçamental e a informação patrimonial. Embora seja de igual importância a informação de natureza de gestão, não apresentava resultados suficientes para análise.

Tabela 16  
Ajuste do modelo

	IDG	ID_DIO	ID_DIFP
N.º Obs.	255	255	255
Log pseudolikelihood	-983,07762	-849,95153	-420,54855
Wald chi2(9)	17,39	16,17	20,41
Prob > chi2	0,0429	0,0633	0,0156
Pseudo R2	0,0197	0,0183	0,0034

Numa análise à Tabela 16, constatamos que o número de observações é idêntico para ambos os modelos. O que é importante realçar é o nível de significância de cada categoria. Conforme se pode observar, para um nível de significância de 5% os modelos, denominados por IDG e ID\_DIFP, apresentam valores estatisticamente significativo. Em contrapartida o modelo ID\_DIO apresenta um nível de significância para 10%.

Em relação aos resultados estimados através da regressão de *Poisson*, constatamos que, tanto o sinal da relação das variáveis explicativas em relação à variável dependente como os níveis de significância são semelhantes.

Podemos observar, pela análise à Tabela 17, que para além da variável POP, também as variáveis IDEO-POL, END\_LIQ\_cap, PES e Tx\_Particip\_2009 se apresentam como factores explicativos da divulgação de informação financeira pelos municípios na *Internet*. No que respeita à divulgação de informação orçamental, as variáveis que apresentam significância estatística são POP, END\_LIQ\_cap, PES e Tx\_Particip\_2009. No que concerne à informação patrimonial, é retirada a variável END\_LIQ\_cap. De forma geral, as relações verificadas na regressão de *Poisson* entre as variáveis dependentes e independentes são idênticas. No Apêndice IV, explana-se em detalhe os resultados obtidos para a categoria de índice orçamental, patrimonial, e para o índice global.

Tabela 17  
*Resultados da regressão de Poisson: parâmetros e significância estatística.*

	IDG	ID_DIO	ID_DIFP
LnPOP	3,03 (0,002)**	3,02 (0,002)**	3,03 (0,002)**
IDEO_POL	-1,67 (0,095)***	-1,34 (0,18)	-1,20 (0,230)
COMP_POL	-0,03 (0,978)	-0,03 (0,977)	0,48 (0,631)
DEP_CAP_cap	0,64 (0,523)	0,65 (0,513)	0,90 (0,369)
END_LIQ_cap	1,99 (0,047)**	2,01 (0,044)**	1,08 (0,278)
TRANSF_cap	-0,4 (0,692)	-0,31 (0,757)	-0,46 (0,645)
RECE_TOT_cap	0,15 (0,884)	-0,13 (0,9)	0,03 (0,975)
LnPES	-3,08 (0,002)**	-3,22 (0,001)**	-2,37 (0,018)*
Tx_Particip	1,77 (0,076)*	1,43 (0,153)	2,68 (0,007)**

\* Nível de significância 0,1. \*\* Nível de significância 0,05. \*\*\* Nível de significância 0,01

### 4.3. Discussão das hipóteses

Para validar os resultados que obtivemos com a estimação dos vários modelos, procedemos, de seguida, à discussão das hipóteses definidas no ponto 3.2, tentando validá-las, tendo por base os resultados obtidos pelos vários autores, apresentados aquando da revisão de literatura (Apêndice V). Alguns estudos revelam uma relação positiva entre a população e o nível de divulgação da informação financeira, tais como Christiaens (1999), Laswad, Fisher & Oyelere (2001), Christiaens *et al.* (2004), Rueda (2007), Cárcaba & García (2008) e Yu (2010). Na maioria dos estudos presentes na literatura, esta variável é interpretada como uma forma de mensurar o tamanho dos municípios. Neste sentido, consideramos que os municípios com uma dimensão populacional elevada devem divulgar informação de forma mais frequente. Segundo o estudo de Ryan, *et al.* (2002), os municípios de grande dimensão revelam maior capacidade de apresentar relatórios de prestação de contas de qualidade. Neste sentido, tendo por base os resultados obtidos, poderemos, tal como os autores anteriormente apresentados, validar a hipótese  $H_1$ .

Segundo Coelho (2004) e Gomes, Carvalho & Fernandes (2009), os partidos políticos com ideologia de direita são mais conservadores e não têm por norma divulgar informação financeira, tanto quanto o partido de Esquerda. Assim, a relação negativa que se verifica entre a ideologia de Direita e a divulgação de informação é confirmada. Na medida em que na maioria dos municípios verifica-se a tomada de posse de partidos de Direita, o nível de divulgação de informação financeira na *Internet* entra nos parâmetros satisfatórios. Com isto, a relação negativa nos modelos apresentados, valida este factor explicativo, embora denotando um nível de significância estatística apenas para o modelo geral da divulgação da informação financeira. Por falta de reconhecimento no contexto dos estudos da literatura sobre a divulgação de informação, podemos verificar que Piotrowski & Ryzin (2007) concluiu com uma relação negativa entre a transparência dos municípios e a ideologia política. Contudo, os resultados dos autores supracitados são idênticos àqueles que foram obtidos no nosso estudo, o que nos permite concluir que os partidos de direita parecem divulgar menos informação financeira na *Internet*, o que valida a hipótese  $H_2$ .

A relação entre a divulgação da informação financeira e o endividamento dos municípios tem, na esmagadora maioria, revelado sinal positivo. Assim, tal como nos estudos de Zimmerman (1977), Evans & Pattion (1987), Laswad, Fisher & Oyelere (2001), Cabedo & Archidona (2007) e Cárcaba & García (2008) também nós corroborámos a hipótese  $H_5$ . Neste contexto, endividamento apresenta-se como um factor importante, o que permite constatar que um município endividado não deixa de divulgar mais informação. Este aspecto poderá eventualmente ser explicado pela pressão que os credores fazem sobre os municípios, o que poderá levá-los a divulgar informação, na tentativa de lhe mostrar que terão capacidade para cumprir os seus compromissos.

Os resultados obtidos não nos permitem validar as hipóteses  $H_3$ ,  $H_4$ ,  $H_6$  e  $H_7$ . Mas podemos observar que a divulgação de informação patrimonial apresenta uma relação positiva com competitividade política. Este resultado está de acordo com os obtidos por Ingram (1984), Christiaens *et al.* (2004), Rueda (2007) e ainda Cárcaba & García (2008). Em termos de despesas de capital, Zimmerman (1977) e Cárcaba & García (2008) obtiveram evidência empírica da relação existente entre a divulgação da informação financeira e as despesas de capital. São ainda consistentes com os resultados obtidos por Robbins & Austin (1986) defenderem uma relação negativa da divulgação da informação e as receitas intergovernamentais, de igual modo entre a informação orçamental e as receitas totais. Apesar de Ingram (1984), & McLelland (2003), Cabedo & Archidona (2007), Yu (2010) e Martani & Liestiani (s/d), que sustentam haver uma relação positiva entre a divulgação de informação e as receitas dos municípios. Por último apresentamos os resultados relacionados com as variáveis designadas de controlo. A variável pessoal, ou também reconhecida pelo número de funcionários, apresenta uma relação contrária à exposta pelos autores Zimmerman (1977), Christiaens *et al.* (2004).

Em relação à segunda variável de controlo obtivemos uma relação positiva entre a taxa de participação eleitoral e o nível de divulgação de informação financeira. Concluimos que quanto maior for a participação dos cidadãos no acto eleitoral, mais informação é divulgada. Os Presidentes das Câmaras Municipais poderão sentir-se obrigadas, devido a uma forte expressão eleitoral, a divulgar mais informação.

## CONCLUSÕES

Durante muitos anos, a informação em formato papel sobrepôs-se a qualquer outra forma de divulgar a informação financeira. Mas, nas últimas décadas, com a introdução da *New Public Management* e o desenvolvimento das TIC, a divulgação da informação financeira foi reconhecida como cada vez mais importante, nomeadamente como boa prática de transparência e promoção da responsabilização na AP. Neste contexto, foram-se desenvolvendo alguns estudos na investigação em contabilidade, nomeadamente sobre relato financeiro na *Internet*, sobretudo no sector privado, existindo já alguns também no sector público, em concreto nos municípios. Alguns destes estudos abrangeram possíveis factores explicativos dos diferentes níveis de divulgação da informação na *Internet* pelos municípios. Em Portugal, porém estes estudos são praticamente inexistentes.

As vantagens da utilização das TIC, e mais propriamente da *Internet*, parece conduzir ao facto dos canais de comunicação serem alvo de estudo, tomando-se também em linha de conta o impacto da informação divulgada perante os seus utilizadores. O fenómeno da modernização da contabilidade pública manifesta-se na dimensão nacional e internacional. O desenvolvimento do processo de modernização teve origem nas limitações que oferecia o sistema tradicional, dando o lugar a uma contabilidade pública, próxima da empresarial, no âmbito da *New Public Management*. A conjuntura de cada nação faz com que exista um ambiente mais ou menos favorável à introdução de reformas, devido aos fortes estímulos e ausência de barreiras em prol de uma implementação significativa. Como já foi referido, países como o Reino-Unido, Suécia e Espanha, primam pelas reformas administrativas devido a fortes estímulos e a uma maior receptividade para as diferentes implementações. Pelo contrário, a Finlândia, França, Itália e Alemanha demonstram-se mais cépticos perante a inovação dos métodos, bem como a modernização do processo de divulgação. Portugal situa-se numa fase de transição.

A estratégia adoptada em prol de uma harmonização da contabilidade pública permite a obtenção de mais informação por parte das entidades locais, embora o meio de divulgação pela *Internet* não apresente uma utilização ainda unanime. Mas, como forma de alerta podemos enfatizar a crise actual, que revela a importância da informação divulgada pelo Governo perante os agentes externos. Sabendo que, o potencial da divulgação da informação financeira pelos municípios, de forma digital, tende a centrar-se nos cidadãos, e na sociedade em geral.

O estudo da divulgação de informação financeira na *Internet*, efectuada a 256 municípios portugueses, pretendeu mensurar o nível de divulgação da informação, bem como a diferenciação do nível de divulgação por categorias de informação. Pretendeu-se, tendo por base o referido anteriormente, perceber quais os determinantes que influenciam a divulgação da informação. Este estudo permitiu chegar às conclusões a seguir expostas.

No contexto do nível da divulgação financeira pelos municípios na *Internet*, a nossa análise preconiza um nível de divulgação na ordem dos 65%. Isto significa que em média, os municípios portugueses divulgam 23 documentos num total de 36, que compõem o nosso índice de divulgação. De igual modo, avaliou-se o nível de divulgação da informação por categorias, concluindo que tal como para com o Índice Global, a informação que é divulgada manifesta-se a um nível satisfatório. De uma forma mais precisa, a informação patrimonial e de gestão apresentam um nível de divulgação na ordem dos 87% e 83% respectivamente. Podemos assim concluir que, a informação patrimonial se destaca das outras duas principais categorias, isto pelo facto dos documentos que compõem esta categoria serem muito importante no âmbito da prestação de contas, nomeadamente o balanço e a demonstração de resultados.

No que concerne ao modelo que apresenta os factores determinantes da divulgação da informação financeira na Internet, constatámos que as variáveis validadas foram as seguintes, a população, o endividamento líquido e a ideologia política. Desta forma poderemos referir, em relação aos determinantes da divulgação da informação financeira na *Internet* pelos municípios portugueses, apuraram-se as conclusões seguintes: os municípios com uma dimensão populacional e um endividamento líquido elevado divulgam mais informação. Em relação aos aspectos políticos constata-se que quando o partido que está em exercício é de Direita, se denota um fraco nível de divulgação da informação. Isto para o modelo definido através do Índice Global.

No que se refere aos índices orçamental e patrimonial, as conclusões vão de encontro com o que se verifica para o Índice Global. De acordo com o que foi definido na metodologia, as variáveis de controlo também foram analisadas. A variável Pessoal contraria o aspecto da dimensão, que no nosso modelo também é calculado através da população. Isto é, no ponto de vista da eficiência permite realçar que os municípios, com menor efectivo, tendem a apresentar um nível de divulgação elevado. Em ligação com a questão ideológica, a importância da participação nas actividades políticas por parte dos cidadãos, nomeadamente nas eleições, traduzido pelo facto de ao haver um expressão significativa nas eleições, a divulgação da informação é importante para preservar uma visão de transparência.

Finalmente, o balanço que podemos fazer em termos de divulgação de informação é que, no futuro, é necessário dar mais importância à informação financeira divulgada pelos municípios, bem como tornar acessível a todos os municípios, uma melhor percepção de uma Sociedade de Informação globalizada.

## **Limitações e linhas de investigações futuras**

Embora a revisão de literatura seja bastante exaustiva, assenta em bibliografia que abrange um leque vasto de estudos, no que respeita à divulgação da informação, sendo que muitos não se aplicam especificamente à divulgação de informação na *Internet*.

Em relação à recolha de dados, devido à inexistência de regras concretas relacionadas com a normalização da informação e sua disponibilização na *Internet*, poderá ter feito com que tenhamos omitido algumas observações.

Apesar de termos obtido uma amostra razoável, para o exercício de testes estatísticos, consideramos que poderia ter sido interessante analisar as características e causas da desconformidade na divulgação da informação financeira na *Internet*. Isto, transcrevendo a mesma técnica para os municípios excluídos da amostra, dando ênfase a uma análise de todos os municípios.

No que diz respeito a futuras linhas de investigação, um projecto ambicioso será o de efectuar uma análise comparativa com outros países onde este tipo de investigação está mais desenvolvido.

Também pensamos que seria interessante abordar outros factores que são passíveis de influenciarem a divulgação de informação financeira na *Internet* por parte dos municípios, como sejam as habilitações literárias dos munícipes, o número de órgão de comunicação e a sua pressão, a utilização das novas tecnologias pelos munícipes, de entre outros.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – COMPARAÇÃO ENTRE AS NORMAS IPSAS, IAS E NICSP

IPSAS	IAS/IFRS	NICSP	Intitulado das normas IPSAS
IPSAS 1	IAS 1/IFRS1	NICSP 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras.
IPSAS 2	IAS 7	NICSP 2	Demonstrações de Fluxos de Caixa.
IPSAS 3	IAS 8	NICSP 3	Excedente ou Déficit Líquido do Período, Erros Fundamentais e Alterações em Políticas Contábilísticas
IPSAS 4	IAS 21	NICSP 4	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
IPSAS 5	IAS 23	NICSP 5	Custos de Empréstimos Obtidos
IPSAS 6	IAS 27	NICSP 6	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contab. De Entidades Controladas.
IPSAS 7	IAS 28	NICSP 7	Contabilização de Investimentos em Associadas
IPSAS 8	IAS 31	NICSP 8	Relato Financeiro de Interesses em empreendimentos Conjuntos
IPSAS 9	IAS 18	NICSP 9	Rédito de Transações de Troca
IPSAS 10	IAS 29	NICSP 10	Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.
IPSAS 11	IAS 11	NICSP 11	Contratos de Construção
IPSAS 12	IAS 2	NICSP 12	Inventários.
IPSAS 13	IAS 17	NICSP 13	Locações.
IPSAS 14	IAS 10	NICSP 14	Acontecimentos Após a Data de Relato.
IPSAS 15	IAS 32	NICSP 15	Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação.
IPSAS 17	IAS 40	NICSP 16	Propriedades de Investimento.
IPSAS 18	IAS 16	NICSP 17	Activos Fixos Tangíveis.
IPSAS 17	IAS 14	NICSP 18	Relato Financeiro por Segmentos
IPSAS 19	IAS 37	NICSP 19	Provisões, Activos e Passivos Contingentes
IPSAS 20	IAS 24	NICSP 20	Relato sobre as partes Relacionadas
IPSAS 21	IAS 36	NICSP 21	“ <i>Impairment</i> ” de Activos não Monetários

Fonte: Elaboração própria com apoio de [http://www.ipsas.org/en/ipsas\\_standards.htm](http://www.ipsas.org/en/ipsas_standards.htm)

## APÊNDICE II – RESUMO DE REVISÃO DE LITERATURA

Autores	Objectivos	Características da amostra	Resultados
Allen & Sanders (1994)	Identificar se o desenvolvimento das directivas, as praticas e regras influenciam o crescimento da divulgação da informação financeira dos municípios.	Amostra: Municípios dos Estados Unidos da América; Período de análise: 1985 – 1990; Variáveis: Nível de envolvimento do director financeiro (CFO); Participação na associação do Governo das Finanças (CFOA) e no programa de certificação da divulgação da informação financeira (COA); Tamanho do Governo; Requisitos de informação impostas do exterior.	A participação (COA) e a orientação do CFO são significativamente correlacionadas com o facto de haver uma evolução das práticas de divulgação de informação financeira, com predominância das GAAP.
Bakar & Saleh (2011)	i) Determinar o nível de divulgação de informação anual dos “Federal statutory bodies” (FSB) na Malásia. ii) identificar indicadores que relatem o nível de divulgação de informação.	Amostra: 93 FSB; Período de análise: 2008; Variáveis: Dependência ao Governo central; Tamanho do FSB, Acessibilidade aos relatórios de prestação de contas; Número de membros na Assembleia.	Destaca-se a relação negativa entre a dependência ao Governo central e o nível de divulgação. Mas tamanho dos FSB e a acessibilidade aos relatórios de prestação de contas revelam-se estar associados com a nível de divulgação. Ainda, foi possível definir um modelo que permite identificar diferentes categorias, consoante a natureza dos documentos. Evidenciam-se os documentos financeiros como a categoria que apresenta maior nível de divulgação.
Serrano, Rueda & Portillo (2008 a)	Apresentar um relatório, ou modelo estrutural, sobre os factores que favorecem o desenvolvimento do <i>e-government</i> e à divulgação de informação <i>on-line</i> .	Amostra: 92 municípios (com mais de 70.000 habitantes); Período de análise: Junho 2006; Variáveis: Recursos municipais (Casas, telefones e recursos financeiros), Incentivos ao desenvolvimento tecnológico, Riqueza dos cidadãos, Actividade industrial, <i>E-Government</i> .	Tudo aponta para que os recursos municipais sejam considerados como factores importantes. Acrescentando que o desenvolvimento tecnológico propicia uma maior interação entre os cidadãos e os governantes municipais.
Serrano, Rueda & Portillo (2008 b)	Estudar os determinantes da divulgação da informação financeira, de forma voluntaria, pelos municípios.	Amostra: 92 municípios (com mais de 70.000 habitantes); Período de análise: Junho 2006; Variáveis: Tamanho, Financiamento através dos mercados, Recursos financeiros, política municipal, visibilidade e acessibilidade à Internet, Riqueza dos cidadãos e nível de escolarização, competitividade politica.	O tamanho, a competitividade politica, a política municipal e o nível de riqueza dos cidadãos influenciam e afectam significativamente a divulgação da informação.

Autores	Objectivos	Características da amostra	Resultados
Coombs & Tayib (1998)	Examinar as práticas das autarquias na divulgação de informação e desenvolver um índice comparativo entre municípios do Reino Unido e da Malásia.	Amostra: 5 municípios para cada país Período de análise: 1994 - 1995 Variáveis: Código CIPFA, Despesas contabilísticas gerais, Capital.	Conclui-se que os municípios do Reino Unido são mais divulgadores em todos os aspectos, em comparação com os municípios da Malásia. Porém, verifica-se a aplicação do Código CIPFA, o que confere conformidade para ambas as nações. Isto, na óptica de relações históricas. Ainda, nota-se que o desenvolvimento contabilístico choca com a grande influência dos interesses, manifestos, dos Governos centrais, do sector privado e grupos de utilizadores.
Evans & Patton (1987)	Elaborar um modelo eficaz que mensure os factores influenciadores do desenvolvimento conceitual dos incentivos de controlo e sinalização da informação.	Amostra: 444 cidades Período de análise: 1985 Variáveis: População (1976-1980) e (1981-1984), Formas de governo, Certificação prévia de conformidade, Endividamento, Estado da aplicação GAAP, Actividade profissional do CFO, Qualidade da gestor (Escolarização, remuneração), Sede das empresas e receitas, Competitividade política.	Em conclusão verifica-se uma relação positiva entre a conformidade e o tipo de governo, a qualidade do gestor, a população (1976-1980) e o endividamento. Em contrapartida, a população (1981-1984), a sede das empresas e receitas, a competitividade política e o nível de escolarização apresentam uma associação negativa perante a conformidade ao programa GFOA.
Cabedo & Archidona (2007)	Avaliar a extensão da informação divulgada na <i>Internet</i> e determinar quais os factores que afectam o nível de divulgação de informação. Isto formando um índice global, com diversas categorias, denominados por sub-índices (Orçamental, Financeira, Navegabilidade e apresentação, Interactividade).	Amostra: 130 municípios (com mais de 50.000 habitantes); Período de análise: 2005; Variáveis: Competitividade política, Riqueza municipal, Endividamento, Visibilidade mediática, Acesso à tecnologia e escolarização dos cidadãos.	O resultado no que respeita o nível de divulgação revela um índice baixo. Mas, cerca de 50% dos municípios atingem um nível satisfatório e, um quarto, um nota boa. Destaca-se a competitividade política, a visibilidade mediática, o acesso à tecnologia e o nível de escolarização dos cidadãos influenciam significativamente o nível de divulgação de informação.
Cárcaba & García (2008)	Identificar os factores que expliquem o maior ou menor nível de divulgação por parte dos municípios. Em apoio, elaboraram dois modelos distintos: - MOD 1, relata a existência ou não de um sítio <i>Internet</i> ; - MOD 2, mensura o nível de divulgação de informação.	Amostra: 334 municípios espanhóis (com mais de 20.000 habitantes); Período de análise: 2005; Variáveis: Tamanho, Nível de endividamento, Investimentos, competitividade política, Notoriedade/Visibilidade,	Para o MOD 1, a conclusão é que a existência de um <i>website</i> nos municípios com maior dimensão, onde se verifica um investimento elevado e uma competitividade política alta, permite desenvolver mais do que nos municípios com menor dimensão. No MOD 2, verificam-se as mesmas conclusões e com uma relação negativa estatisticamente significativa entre o índice, elaborado por ponderação, e a notoriedade/visibilidade e o nível de endividamento do município.

Autores	Objectivos	Características da amostra	Resultados
Laswad, Fisher & Oyelere (2001)	Examinar o estado das práticas de divulgação de informação financeira de forma voluntária por parte dos municípios, na Nova Zelândia.	Amostra: 86 autarquias da Nova Zelândia (12 Concelhos regionais e 74 autoridades territoriais); Período de análise: 2001; Variáveis: Tamanho do município, Endividamento, Rentabilidade, Força/Influência da imprensa, Tipo do Concelho	Numa primeira análise, univariada, podemos verificar uma associação entre o tamanho, tipo de concelho e a visibilidade e o nível de divulgação de informação. Porém, através da análise multivariada conferimos que apenas o tamanho e o tipo de concelho é que está associada ao nível de informação de informação de forma voluntária.
Leandro, Muñoz & Sanchez (s/d)	Notificar o estado de evolução da transparência na aplicação dos recursos públicos por via da divulgação de informação financeira e, desta forma, avaliar o nível de divulgação de informação por parte dos Governos centrais dos países da região centro-americana. Uma classificação é feita para poder averiguar qual informação revela ser a mais importante para os países em análise, informação orçamental, demonstrações financeiras e não financeiras.	Amostra: 6 países (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá); Período de análise: 9 e 14 de Março 2009; Variáveis: Exaustividade, Pontualidade, Comparabilidade, Compreensibilidade, Relevância e Fiabilidade.	A divulgação da informação mostra níveis baixos e a <i>Internet</i> não se revela como uma ferramenta utilizada para disponibilizar informação aos cidadãos. Nota-se uma maior ponderação obtida para o nível de divulgação de informação é registada para a informação de natureza orçamental.
Marti, Royo & Acerete (2009)	Este estudo visa analisar o grau de cumprimento das Instruções Contabilísticas para as Administrações Locais (ICAL). Será que a aprovação da legislação efectivou a implementação do regulamento? Identificar o tipo de factores/indicadores que são divulgados com maior frequência.	Amostra: 56 municípios espanhóis (com mais de 50.000 habitantes) Período de análise: 2006; Variáveis: Indicadores financeiros, Indicadores orçamentais e indicadores de gestão.	O estudo revela uma implementação das práticas de forma parcial. Também, a maioria dos municípios divulgam muito mais informação de natureza orçamental e financeira e patrimonial do que informação de gestão.
Yu (2010)	Investigar os determinantes da divulgação de informação financeira por parte do Governo local na <i>Internet</i> , na China.	Amostra: 63 províncias e cidades importantes excluindo Hong Kong, Macau e Taiwan; Período de análise: 2008; Variáveis: Tamanho, Receitas por residentes, Condições financeiras, Riqueza do município, Taxa exposição do município.	Os resultados indicam que o conteúdo dos relatos financeiros na <i>Internet</i> é positivamente relacionada com o tamanho, os rendimentos e o tipo de governo, enquanto que o tamanho, os rendimentos per capita, condições financeiras e o tipo de governo também apresentam uma relação positiva perante a acessibilidade aos relatos financeiros de prestação de contas.

Autores	Objectivos	Características da amostra	Resultados
Cárcaba & García (2003)	Análise do modo de divulgação da informação financeira pelas entidades locais, na <i>Internet</i> .	Amostra: 118 municípios espanhóis com mais de 50.000 habitantes e no resto da U.E., 44 municípios com mais de 500.000 habitantes; Período de análise: 2001; Variáveis: Conteúdo da informação, Formato disponibilizado, Interação com os cidadãos, Informação contabilística formalizada ou não formalizada, comparabilidade.	A categoria de informação mais divulgada é a orçamental, embora haja uma explicação para isto se produzir. A informação acerca de gestão explica-se pelo facto de haver uma relação forte entre o endividamento e a divulgação de informação, tem que se controlar o endividamento e os custos de decisões económicas. Ainda, verifica-se uma escassez no que respeita a informação disponibilizada dos exercícios anteriores.
Giroux & McLelland	O objectivo deste estudo é testar a significância da estrutura de gestão perante o nível de divulgação contabilística.	Amostra: - <u>1983</u> : 175 municípios; - <u>1996</u> : 209 municípios (ambos com mais de 100.000 habitantes nos Estados Unidos); Período de análise: 1983/1996; Variáveis: Estrutura do governo/órgão de gestão, Tamanho do município, Rendimentos per capita, Situação financeira, Endividamento, Aplicação do regulamento.	Numa primeira abordagem, as variáveis estrutura do governo, a situação financeira, os rendimentos per capita e o próprio índice apresentam um progresso significativo. Porém apenas a estrutura do governo apresenta uma relação positiva com um resultado estatisticamente significativo perante o índice de divulgação.
Martani & Liestiani (s/d)	Estudar a implementação das normas que obrigam os municípios em divulgarem a informação orçamental, patrimonial e de gestão. Analisar a sua aplicação e identificar os factores que influenciam a divulgação.	Amostra: 92 municípios da Indonésia; Período de análise: 2006; Variáveis: Riqueza/Receitas dos municípios, Autonomia, População, Auditoria, Tipo de concelho.	A implementação das normas é considerada parcial, onde os indicadores de gestão são os que menos são divulgados. No entanto, a riqueza/receitas, formação do governo estão positivamente e significativamente relacionadas com o nível de divulgação.

### APÊNDICE III – ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Sub-índices	Critérios	Nº Itens	%	Nº		TOTAL	
				Índices	IDG	Índices	(%)
DIO	1	251	98,05%	1		0	
	2	243	94,92%	4		0	
	3	243	94,92%	4		0	
	4	251	98,05%	8		0	
	5	238	92,97%	30		0	
	6	199	77,73%	26		1	
	7	175	68,36%	9		0	
	8	161	62,89%	11		2	
	9	123	48,05%	4	11,87	65,95%	6
	10	126	49,22%	4		4	
	11	123	48,05%	2		7	
	12	143	55,86%	8		3	
	13	154	60,16%	13		15	
	14	153	59,77%	11		6	
	15	150	58,59%	14		19	
	16	155	60,55%	43		7	
	17	97	37,89%	38		10	
	18	54	21,09%	26		11	
DIFP	19	255	99,61%	2		7	23,41 (65,03%)
	20	253	98,83%	41	3,51	87,70%	7
	21	200	78,13%	38		2	
	22	190	74,22%	175		5	
DIG	23	207	80,86%	33		3	
	24	192	75,00%	44	2,49	82,94%	5
	25	238	92,97%	172		6	
DIOIV	26	90	35,16%	83		9	
	27	146	57,03%	58		14	
	28	34	13,28%	20		19	
	29	248	96,88%	14	3,22	40,28%	11
	30	53	20,70%	20		12	
	31	73	28,52%	25		17	
	32	101	39,45%	20		15	
	33	80	31,25%	15		12	
	34	151	58,98%	39		9	
DIAN	35	202	78,91%	51	2,32	77,34%	8
	36	241	94,14%	151		4	

## APÊNDICE IV – MODELO DE REGRESSÃO DE POISSON

Tabela V1  
*Índice IDG (Global)*

Idabsol	IRR	Robust Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]
LnPOP	1,174099	0,0621788	3,03	0,002	[1,058342;1,302516]
LnPES	0,831585	0,0498256	-3,08	0,002	[0,739445;0,9352071]
IDEO_POL	0,927529	0,0417805	-1,67	0,095	[0,8491513;1,013141]
COMP_POL	0,998589	0,0518422	-0,03	0,978	[0,9019784;1,105547]
DEP_CAP_cap	1,000048	0,0000752	0,64	0,523	[0,9999006;1,000196]
END_LIQ_cap	1,000076	0,0000381	1,99	0,047	[1,000001;1,00015]
TRANSF_cap	0,999965	0,0000888	-0,4	0,692	[0,9997908;1,000139]
RECE_TOT_cap	1,000.001	4,46E-06	0,15	0,884	[0,9999919;1,000009]
Tx_Par~2009	1,005837	0,0033007	1,77	0,076	[0,9993888;1,012327]

Tabela V2  
*Índice DIO (Orçamental)*

Idabsol_Orc	Robust IRR	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]
LnPOP	1,235089	.0862451	3,02	0,002	[1,077109;1,41624]
LnPES	.7763005	.0610314	-3,22	0,001	[.6654414;.905628]
IDEO_POL	.9246889	.0540035	-1,34	0,180	[.8246771;1,03683]
COMP_POL	.9980973	.0646295	-0,03	0,977	[.8791344;1,133158]
DEP_CAP_cap	1,000058	.0000889	0,65	0,513	[.999884;1,000232]
END_LIQ_cap	1,0001	.0000498	2,01	0,044	[1,000003;1,000198]
TRANSF_cap	.999965	.0001132	-0,31	0,757	[.9997432;1,000187]
RECE_TOT_cap	.9999992	6.01e-06	-0,13	0,900	[.9999875;1,000011]
Tx_Par~2009	1,005944	.0041751	1,43	0,153	[.9977944;1,014161]

Tabela V3  
*Índice DIFP*

Idabsol_FP	Robust IRR	Std. Err.	z	P>z	[95% Conf. Interval]
LnPOP	1,121328	.0424339	3,03	0,002	[1,041169;1,207659]
LnPES	.9067825	.0373768	-2,37	0,018	[.8364065;.9830801]
IDEO_POL	.9652733	.0284454	-1.20	0,230	[.9111008;1,022667]
COMP_POL	1,015284	.0320908	0.48	0,631	[.9542954;1,080169]
DEP_CAP_cap	1,000049	.0000547	0.90	0,369	[.9999419;1,000156]
END_LIQ_cap	1,000025	.0000235	1.08	0,278	[.9999794;1,000072]
TRANSF_cap	.9999683	.0000687	-0.46	0,645	[.9998336;1,000103]
RECE_TOT_cap	1	2.63e-06	0.03	0,975	[.9999949;1,000005]
Tx_Par~2009	1,005118	.0019169	2.68	0,007	[1,001368;1,008882]

## APÊNDICE V – RESUMO DA REVISÃO DE LITERATURA DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS.

(Sinais)	Variáveis	Autores
+	População (Tamanho, Dimensão)	Robbins & Austin (1986), Christiaens (1999), Rueda (2007), Zimmerman (1977), Laswad, Fisher & Oyelere (2001), Yu (2010), Cárcaba & García (2008), Gore (2004), Allen & Sanders (1994), Baker & Saleh (2011), Serrano, Rueda & Portillo (2008 b), Cabedo & Archidona (2007), Martani & Liestiani (s/d), Christianes, Windels & Vanslebrouck (2004),
-	Ideologia Política	Cabedo & Archidona (2007)
-	Competitividade Política	Ingram (1984), Rueda (2007), Cárcaba & García (2008), Serrano, Rueda & Portillo (2008 b), Cabedo & Archidona (2007), Christianes, Windels & Vanslebrouck (2004),
+	Despesas de Capital	Zimmerman (1977), Cárcaba & García (2008),
+	Endividamento Líquido	Rueda (2007), Evans & Patton (1987), Ingram & DeJong (1987), Zimmerman (1977), Yu (2010), Cárcaba & García (2008), Cabedo & Archidona (2007),
-	Transferências do Governo Central	Robbins & Austin (1986), Giroux & McLelland (2003), Ingram & DeJong (1987), Allen & Sanders (1994), Baker & Saleh (2011),
+	Receitas Totais	Ingram (1984), Robbins & Austin (1986), Christiaens (1999), Giroux & McLelland (2003), Zimmerman (2002), Yu (2010), Cabedo & Archidona (2007), Martani & Liestiani (s/d),
-	Pessoal	Christianes, Windels & Vanslebrouck (2004), Zimmerman (1977),
+	Taxa de participação eleitoral	

## REFERÊNCIAS

- Alcaide Muñoz, L., Garde Sánchez, R., Rodríguez Bolívar, M. P., & López Hernández, A M. (s/d). *Incentivos financieros en la divulgación de información financiera en el sector público: Un estudio meta-analítico*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 28 de Dezembro, 2011, do [http://www.aeca.es/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/93f.pdf](http://www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/93f.pdf)
- Alves, S. (2005). Relato Financeiro na Internet em Portugal. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistema de Informação*, Vol.2, N.º1, pp. 03-20.
- Allen, A., & Sanders, G. (1994). Financial disclosure in US municipalities: Has the governmental accounting standards board made a difference? *Financial Accounting & Management*, Vol.10(3), pp. 175-193.
- ANACOM, (2011). *E-Government – Portugal entre os melhores da Europa*. Acedido em 21 de Janeiro, 2012, em <http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1072476>
- Araújo, J. (2002). Gestão pública em Portugal: mudança e persistência institucional. *Quarteto*, Vol.4, pp. 96-1113.
- Baber, W. R. (1983). Toward understanding the role of Auditing in the public sector. *Journal of Accounting and Economics*, Vol.5, N.º3, pp. 213-227.
- Baber, W., & Sen, P. (1984). The role of generally accepted reporting methods in the public sector: An empirical test [Abstract]. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.3, Issue 2, pp. 91-106.
- Bailoa, S., & Silva, P. (2007). O capital intelectual na administração pública. Uma análise a partir das páginas de Internet das autarquias portuguesas. Dialnet. Acedido Fevereiro 12, 2012, em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2234495>
- Bakar, N., & Saleh, Z. (2011). Incentives for Disclosure of Accounting Information in Public Sector: A Literature Survey. *International Research Journal of Finance and Economics*, Issue 75, pp. 24-38.
- Benito, B., Brusca, I., & Montesinos, V. (2007). The harmonization of government financial information systems: the role of the IPSASs. *International Review of Administrative Sciences*, Vol.73(2), pp. 293-317.
- Bovens, M. (2007). Analyzing and assessing accountability: A conceptual framework. *European Law Journal*, Vol.13(4), pp. 447-468.

- Brusca, I., & Montesinos, V. (2006). Are citizens significant users of government financial information? *Public Money & Management*, Vol.26(4), pp. 205-209.
- Caba Pérez, C., & López Hernández, A. M. (2009). Governmental financial transparency in MERCOSUR member countries. *International Review of Administrative Sciences*, Vol.75(1), pp. 169-181.
- Cabedo Gandía, J. L. (2001). La divulgación de información financiera en la era digital. *Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA)*. Madrid.
- Cabedo Gandía, J. L. (2005). *Corporate e-Governance disclosure in the digital age: an empirical study of Spanish listed companies*. Valencia: Accounting Department Faculty of Economics University of Valencia.
- Cabedo Gandía, J. L., & Andrés Pérez, T. (2005). *E-Gobierno corporativo y transparencia informativa en las sociedades cotizadas españolas: un estudio empírico*. Madrid: Comisión Nacional del Mercado de Valores.
- Cabedo Gandía, J. L., & Archidona, M. C. (2007). Determinants of web site information by Spanish city councils. *Online Information Review*, Vol.32(1), pp. 35-57.
- Cabedo Gandía, J. L., & Ponte, E. B. (2002). *El código de conducta de AECA: recomendaciones para la divulgación financiera en Internet*. Madrid: AECA.
- Cárcaba García, A., & García García, J. (2003). La información financiera en internet de las corporaciones locales europeas. *Partida Doble*, N.º144, pp. 56-69.
- Cárcaba García, A., & García García, J. (2008). Determinantes de la divulgación de información contables a través de Internet por parte de los gobiernos locales. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, Vol.37, n.º137, pp. 63-84.
- Carvalho, J. (2009). *Manual de formação: Prestação de contas na Administração Pública*. Manual não publicado, Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).
- Coelho, C. A. (2004). *Ciclos político-económicos e o poder local*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho – Escola de Economia e Gestão, Braga.
- Coelho, J., Monteiro, A. J., Veiga, P., & Tomé, F. (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Coombs, H., & Tayib, M. (1998). *Developing a Disclosure Index for Local Authority Published Accounts – A Comparative Study of Local Authority Published Financial Reports Between the UK and Malaysia*. Acedido em 25 de Outubro, 2012, The Osaka City University Media Center, Accounting Auditing & Accountability Journal: <http://www3.bus.osaka-cu.ac.jp/apira98/archives/paper22.htm>

- Costa, A. F., Pereira, J. M., & Blanco, R. S. (2006). Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol.3, N.º5/6, pp. 201-225.
- Christiaens, J. (1999). Financial accounting reform in Flemish municipalities: An empirical investigation. *Financial Accountability & Management*, Vol.15(1), pp. 21-40.
- Christiaens, J., & Rommel, J. (2006). Governmental Accounting reforms: Going back where we belong?, [Working paper n.º398]. *Universiteit Gent – Faculteit Economie en Bedrijfskunde*, Gent.
- Christiaens, J., Windels, P., & Vanslebrouck S. (2004). Accounting and management reform in local authorities: A tool for evaluating empirically the outcomes. [Working Paper N.º277]. *Universiteit Gent – Faculteit Economie en Bedrijfskunde*, Gent
- Dawes, S. (2010). Stewardship and Usefulness: Policy principles for Information-based transparency. *Government Information Quarterly*, Vol.27, Issue 4, pp. 377-383.
- De Kruijf, J. (2007). *Budgetary Accountability in local government: Comparing NRW and the Netherlands*. Acedido em 12 de Janeiro, 2012, do School of Management and Governance – Finance Accounting, Institute for Learning Technologies Web Site: [http://www.feweb.vu.nl/npm-seminar/De\\_Kruijf\\_NPM\\_2007.pdf](http://www.feweb.vu.nl/npm-seminar/De_Kruijf_NPM_2007.pdf)
- Debreceeny, R., & Gray, G. (1999). Financial reporting on the internet and the external audit. *European Accounting Review*, Vol.8, N.º2, pp. 335-350.
- Depoers, F. (2000). A cost-benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. *The European Accounting Review*, Vol.9(2), pp. 245-263.
- Edmiston, K. (2003). State And Local E-Government: Prospects and Challenges. *American Review of Public Administration* 33(1), pp. 20-45
- EUROCID, (2010). Glossário. *Centro de Informação Europeia Jacques Delors (Eurocid) Web site*. Acedido Agosto 26, 2012, em [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=4797](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4797)
- Evans, J., & Patton, J. (1987). Signalling and monitoring in public sector accounting. *Journal of Accounting Research*, Vol. 25 (Suppl.), pp. 130-158.
- Falkman, P., & Tagesson, T. (2005). *The compliance with standards in Swedish municipal accounting*, conference paper presented at the 28th European Accounting Association Congress, Gothenburg, Sweden, 2005.
- Fernandes, M. J. (2007). Contribuição da informação contabilística para a tomada de decisão na administração pública autárquica: controlo do endividamento líquido. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol.5, N.º8, pp. 67-96.

- Ferrer, F. (2003). *A importância do governo eletrônico no Brasil*. São Paulo: Jornal Valor Económico.
- Fuertes, I. (2001). *La comparabilidad de la información contable pública en la unión europea*. Dissertação de Doutoramento, Facultat de ciències jurídiques i econòmiques – Universitat Jaume I de Castelló, España.
- Gil García, J. R., & Luna Reyes, L. F. (2003). *Towards a Definition of Electronic Government: A Comparative Review*. Spain: Formatex.
- Gil-Garcia, J. R., & Martinez-Moyano, I. J. (2005). Exploring e-Government evolution: The influence of systems of rules on organizational action, [Working Paper N.º05-001]. National Centre for Digital Government, Massachusetts.
- Giroux, G., & McLelland, A. (2003). Governance structure and accounting at large municipalities. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.22, pp. 203-230.
- Goldman, R., Martínez, A., & Rodríguez, M. I. (2002). *E-Government: Una nueva forma de relacionamiento del estado con sus ciudadanos, empresas y otras organizaciones*. Facultad de Ciencias Económicas y de Administración Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.
- Gomes, P. S., Carvalho, J. B., & Fernandes, M. J. (2009). Determinantes da adoção e desenvolvimento do sistema de contabilidade de custos nos municípios portugueses. *Portuguese Journal of Accounting and Management*, Vol.8, pp. 11-42.
- Gore, A. (2004). The effects of GAAP regulation & bond market interaction on local government disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.23, pp. 23-52.
- Hendriksen, E., & Breda, M. (5.<sup>a</sup> Ed.). (1991). *Accounting theory*. United States of America: Irwin and McGraw-Hill.
- Holden, S., Norris, D., & Fletcher, P. (2003). Electronic Government at the Local Level. Progress to Date and Future Issues. *Public Performance and Management Review*, Vol.26(4), pp. 325-344
- Hood, C. (1991). A public management for all seasons?. *Royal Institute of Public Administration*, Vol.69, pp. 3-19.
- Hood, C. (1995). The «new public management» in the 1980's: variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, Vol.20, N.º2/3, pp. 93-109.
- Ingram, R. (1984). Economic incentives and the choice of state government accounting practices. *Journal of Accounting Research*, Vol.22, N.º1, pp. 126-144.

- Ingram, R. W. (1986). Tests of the fund accounting model for local governments. *Contemporary Accounting Research*, Vol.3, N.º1, pp. 200-221.
- Ingram, R., & Copeland, R. (1982). Municipal market measure and reporting practices: An extension. *Journal of Accounting Research*, Vol.20, pp. 766-772.
- Ingram, R., & DeJong, D. (1987). The effect of regulation on local government disclosure practices. *Journal Accounting and Public Policy*, Vol.6, pp. 245-270.
- Ismail, S., & Bakar, N. B. (2010). *Annual reports of Malaysian public universities: The extent of compliance and accountability*, conference paper presented at the 6th Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference, University of Sydney, Australia, 2010.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, Vol. 3, N.º4, pp. 305-560.
- Johansson, T., & Siverbo, S. (2009). Explaining the utilization of relative performance evaluation in local government: a multi-theoretical study using data from Sweden. *Financial Accountability & Management*, Vol. 25(2), pp. 197-224.
- Kateb, I., Matoussi, H., & Bounfour, A. (2010). Les déterminants de l'offre volontaire d'information sur le capital immatériel: Une analyse de contenu des rapports annuels des grandes firmes française. *Manuscrit auteur, La place de la dimension européenne dans la comptabilité contrôle audit*, Strasbourg.
- Larrán Jorge, M., & García-Meca, E. (2004). Costes, beneficios y factores ligados a la política de divulgación de información financiera. *Revista de contabilidad*, Vol.7, n.º14, pp. 75-111.
- Laswad, F., Fisher, R., & Oyelere, P. (2001). Public Sector Financial Disclosure on the Internet: A study of New Zealand local authorities [Discussion Paper N.º92]. *Lincoln University, Canterbury, Commerce Division*.
- Laswad, F., Fisher, R., & Oyelere, P. (2005). Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol.24, pp. 101-121.
- Leandro, C., Muñoz, L., & Sánchez, R. (s./d.). *Divulgación de información financiera gubernamental mediante sitios web en los países de Centroamérica*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 21 de Novembro, 2011, do [http://personales.ya.com/aeca//pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/116f.pdf](http://personales.ya.com/aeca//pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/116f.pdf)

- Lourenço, R., Jorge, S., & Sá, P. (2010). Transparência nas Câmaras Municipais Portuguesas: informação divulgada nos sítios da Região Centro. In: 10ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação (CAPSI 2010), 20 a 22 de Outubro, Viana do Castelo, Portugal, 2010
- Lourenço, R., Jorge, S., Sá, P., & Rolas, H. (2011). *Transparência financeira das Autarquias Locais: informação disponibilizada nos sítios Web*. Recuperado em 15 Novembro, 2011, do INESC – Coimbra, Educational Leadership and Research Web site: <http://www.inescc.pt/pubinter.php>
- Lüder, K. (1992). A contingency model of governmental accounting innovations in the political-administrative environment. *Research in Governmental and Nonprofit Accounting*, Vol.7, pp. 99-127.
- Lymer, A. (1999). The Internet and corporate reporting in Europe. *European Accounting Review*, Vol. 9, pp. 287-396
- Martani, D., & Liestiani, A. (s/d). *Disclosure of local government financial statement in Indonesia*. University of Indonesia, Accounting Department.
- Marti, C., Royo, S., & Acerete, B. (2009). *Disclosure of indicators in the annual accounts of Spanish municipalities*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 28 de Dezembro, 2011, do [http://personales.ya.com/aeca/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/47f.pdf](http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/47f.pdf)
- Mateus, J. (2008). O governo electrónico, a sua aposta em Portugal e a importância das Tecnologias de Comunicação para a sua estratégia. *Revista de Estudos Politécnicos*, Vol.6(9), pp. 23-48.
- Meijer, A. (2003). Transparent government: Parliamentary and legal accountability in an information age. *Information Polity*, Vol.8, n.º1-2, pp. 67-78.
- Moon, M. (2002). The evolution of E-Government among municipalities: Rhetoric or reality? *Public Administration Review*, Vol.62, N.º4, pp. 424-433
- Muñoz, L., Sánchez, R., Bolívar, M., & Hernández, A. (s/d). *Incentivos financieros en la divulgación de información financiera en el sector público: Un estudio meta-analítico*. Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA). Acedido em 28 de Dezembro, 2011, do [http://www.aeca.es/pub/on\\_line/comunicaciones\\_xvcongresoaecca/cd/93f.pdf](http://www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/93f.pdf)
- Nogueira, S., & Carvalho, J. (2006). *O sistema de informação contabilística da administração pública portuguesa segundo a perspectiva de “especialistas”: Estudo empírico*.

Acedido em 28 Dezembro, 2011, do Instituto Politécnico de Bragança, Educational Leadership and Research Web site: <http://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2025>.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), Engaging citizens online for better policy-making. (2003). *OECD Observer, Policy Brief*. Acedido em 5 Janeiro, 2012, do [http://www.oecd.org/publication/Pol\\_brief](http://www.oecd.org/publication/Pol_brief)

Pedro, J. (2010). *Standards internacionais relacionados com controlo interno na perspectiva dos sistemas de informação* (1ª Edição). Lisboa: Inspecção-Geral de Finanças.

Piotrowski, S., & Ryzin, G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration, Vol.37*, n.º3, pp. 306-323.

Pollitt, C. (1990). *Managerialism and the Public Services: The Anglo-American Experience*, Basil Blackwell. Acedido em 12 de Dezembro, 2011, em <http://cedo.ina.pt/docbweb/plinkres.asp?Base=INA&Form=COMP&StartRec=0&RecPag=5&NewSearch=1&SearchTxt=%22TCO%20Managerialism%20and%20the%20public%20services%20%3A%20the%20Anglo-American%20experience%22%20%2B%20%22TCO%20Managerialism%20and%20the%20public%20services%20%3A%20the%20Anglo-American%20experience%24%22>.

Ponte Bonsón, E., & Escobar Rodriguez, T. (2002). A survey on voluntary disclosure on the Internet. Empirical evidence from 300 European Union companies. *The International Journal of Digital Accounting Research, Vol.2*, pp. 27-51.

Potter, B. (2002). Financial accounting reforms in the Australian public sector: an episode in institutional thinking. *Account. Audit. Account, Vol.15*(1), pp. 69-93

Robbins, W., & Austin, K. (1986). Disclosure quality in governmental financial reports: An assessment of the appropriateness of a compound measure. *Journal of Accounting Research, Vol.24*, N.º2, pp. 412-421.

Rodríguez Bolívar, M. P., Caba Pérez, C., & López Hernández, A. M. (2006). Cultural context and governmental digital reporting. *International Review of Administrative Sciences, Vol.72*(2), pp. 285-307.

Romzek, B. S., & Dubnick, M. J. (1987). Accountability in the Public Sector: Lessons from the Challenger Crisis. *Public Administration Review, Vol.47*, N.º3, pp. 227-238.

Rosemberg, J. (1992). Rationality and the political business cycle: The case of local government. *Public choice, Vol.73*, pp. 71-81.

Rueda Tomás, M. M. (2007). *Publicación de información financiera en Internet. Un modelo de ecuaciones estructurales aplicado a las entidades locales*. Dissertação de

doutoramento não publicada, Facultad de ciencias económicas y empresariales, Saragoça.

- Ryan, C., Stanley, T., & Nelson, M. (2002). Accountability Disclosures by Queensland local Government councils 1997-1999. *Financial Accountability & Management*, Vol.18(3), pp. 261-289.
- Samaratunge, R., Alam, Q., & Teicher, J. (2008). Public sector reforms and accountability: The case of south and Southeast Asia. *Public Management Review*, Vol. 10, Issue 1, pp. 101-126.
- Sánchez, I. (2007). La nueva gestión pública: evolución y tendencias. *Presupuesto y gastos públicos*, Vol.47, pp. 37-64.
- Santos, S., Mendes, S., & Amaral, L. (2006). *O impacto do e-government no comportamento político em Portugal*. Acedido em 10 de Janeiro, 2012, do Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas da Universidade do Minho (NEAPP), Institute for Learning for Learning Technologies Web Site: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8267>
- Serrano Cinca, C., Rueda Tomás, M., & Portillo Tarragona, P. (2008 a). Determinants of e-government extension. *Online Information Review*, Vol.33, N.º3, pp. 476-498.
- Serrano Cinca, C., Rueda Tomás, M., & Portillo Tarragona, P. (2008 b). Factors influencing e-disclosure in local public administrations. *Environment and Planning C: Government and Policy*, Vol.27(2), pp. 355–378.
- Shah, A. (2007). *Local Financial Management*. Washington: The World Bank.
- Simões, A. J. (2007). E-Government: Caso de estudo aos municípios de Leiria, [Mestrado em Administração e políticas Públicas]. *Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Departamento de sociologia*, Lisboa.
- Smith, K. (2004). Voluntary reporting performance measures to the public a test of accounting reports of US cities. *International Public Management Journal*, Vol.7(1), pp. 19-48.
- Spence, A. M. (1974). *Market signalling: Informational transfer in hiring and related screening process*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Spicer, B., Emanuel, D., & Powell, M. (1996). *Transforming Government Enterprise: Managing Radical Organisational Change in Deregulated Environments*. Sidney: Centre for Independent Studies Limited.
- Stowers, G. (1999). Becoming Cyber active: State and Local Governments on the World Wide Web. *Government Information Quarterly*, Vol.16(2), pp. 111-127.

- Suchman, M. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, Vol. 20, N.º3, pp. 571-610.
- Teixeira, P., & Gouveia, L. (2005). *Local e-Government: A situação das Juntas de Freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia*. *Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa*, N.º2, pp. 108-133.
- Tolbert, C., Mossberger, K., & McNeal, R. (2008). Institutions, Policy Innovation, and E-Government in the American States. *Public Administrations Review*, Vol.68(3), pp. 549-564.
- Trombetta, M. (2002). La decisión de revelar voluntariamente información de la empresa: Desde el análisis teórico a una propuesta metodológica. [Documento de trabalho 02-09]. *Universidad Carlos III de Madrid*, Getafe, Departamento de Economía de la Empresa.
- United Nations (UN), E-Government survey 2008 – From E-Government to Connected Governance. (2008). *Department of Economic and Social Affairs, Division for Public Administration and Development Management*. Acedido em 5 Janeiro 2012, do <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan028607.pdf>
- United Nations (UN), Global E-Government Readiness Report 2005 – From E-Government to E-Inclusion. (2005). *Department of Economic and Social Affairs, Division for Public Administration and Development Management*. Acedido em 5 Janeiro 2012, do <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan021888.pdf>
- Vilarinho, F. C. (2010). A nova Lei das Finanças Locais e os seus impactes. [Mestrado em Contabilidade e Administração Pública], *Universidade de Aveiro – Instituto Superior de Contabilidade e Administração*, Aveiro.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Toward a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, Vol.53, N.º1, pp. 113-134.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1978). The demand for and supply of accounting theories: The market for excuses. *The Accounting Review*, Vol. 54, N.º2, pp. 273-305.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1990). Positive accounting theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, Vol.65, N.º1, pp. 131-156.
- Yu, H. (2010). *On the Determinants of Internet-based Disclosure of Government Financial*. Documento apresentado Management and Service Science (MASS) International Conference, Agosto, Wuhan. Disponível em [http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs\\_all.jsp?arnumber=5576822&tag=1](http://ieeexplore.ieee.org/xpls/abs_all.jsp?arnumber=5576822&tag=1)

Zimmerman, J (1977). The municipal accounting maze: na analysis of political incentives. *Journal of Accounting Research*, Vol.15 (Suppl.), pp. 107-144.

Zweers, K., & Planqué, K. (2001). *Electronic Government from organizational based perspective towards a client oriented approach*. Washington D.C.: Designing E-Government, Prins J.E.J.

## **Legislações**

Anexo I da Resolução n.º4/2001 – 2ª Secção. Instruções N.º 01/2001 – 2ª S – Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL). Tribunal de Contas, Lisboa.

Artº238, n.º2, Direitos e garantias dos administrados. Constituição da Republica Portuguesa (CRP), Lisboa.

Decreto-Lei 232/97 de 3 de Setembro. Plano Oficial de Contabilidade Públicas (POCP), Ministério das Finanças, Lisboa.

Decreto-Lei 341/83, de 21 de Julho, Determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, Ministérios das Finanças e do Plano, da Administração Interna e da Reforma Administrativa, Lisboa.

Decreto-Lei n.º155/92, de 28 de Julho, Regime de administração financeira do Estado. Diário da República, Assembleia da República, Lisboa.

Decreto-Lei n.º243/79, de 25 de Julho, Normas relativas à elaboração do orçamento e contas das autarquias locais, Ministério da Administração Interna, Lisboa.

Decreto-Lei n.º315/2000, de 2 de Dezembro, Aplicação do POCAL. Diário da República, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

Decreto-Lei n.º54/99, de 22 de Fevereiro, Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais – POCAL. Ministério do equipamento, do planeamento e da Administração do Estado, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 12/2002 de 25/01, 22 de Janeiro de 2004, Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, Assembleia da República, Lisboa.

Lei 48/04, de 24 de Agosto, Alteração à Lei do Enquadramento Orçamental, Assembleia da República, Lisboa.

Lei 52/2011, de 13 de Outubro, Alteração à Lei do Enquadramento Orçamental, Assembleia da República, Lisboa.

Lei 6/91 de 20 de Fevereiro de 1991, Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado. Assembleia da República, Lisboa.

Lei 8/90, de 20 de Fevereiro de 1990, Bases da Contabilidade Pública. Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., Lisboa.

Lei 91/01, de 20 de Agosto, Lei de enquadramento orçamental, alteração pela Lei 48/04 de 24 de Agosto, Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º1/79, de 2 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º42/98, de 6 de Agosto, Lei da Finanças Locais, Assembleia da República, Lisboa.

Lei n.º46/2007, de 24 de Agosto; Capítulo I, Artigo 1 – Disposições gerais. Assembleia da República, Lisboa.

Portaria n.º 794/2000, (2.ª série), de 20 de Setembro – Aprova o Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-Educação).

Portaria n.º 898/2000, (2.ª série), de 28 de Setembro – Aprova o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

## **Outros**

Livro branco – União Europeia. Disponível em: [http://europa.eu/documentation/official-docs/white-papers/index\\_pt.htm#2011](http://europa.eu/documentation/official-docs/white-papers/index_pt.htm#2011). Acedido em: 17 de Agosto ed 2012.

Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Disponível em: <http://www.anmp.pt/>. Acedido em: 9 de Novembro de 2011.

Portal Autarquico. Disponível em: <https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/>. Acedido em: 9 de Novembro de 2011.

Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: [http://eleicoes.cne.pt/sel\\_eleicoes.cfm?m=raster](http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=raster). Acedido em: 9 de Novembro de 2011.

## ANEXOS

### ANEXO I – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EXIGIDOS PELO TC

Nº	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO POCAL	GRUPO 1	GRUPO 2
1	• Balanço	5	X	
2	• Demonstração de resultados	6	X	
3	• Plano plurianual de investimentos	7.1	X	X
4	• Orçamento (Resumo)	7.2	X	X
5	• Orçamento	7.2	X	X
6	• Controlo orçamental da despesa	7.3.1	X	X
7	• Controlo orçamental da receita	7.3.2	X	X
8	• Execução do Plano plurianual de investimentos	7.4	X	X
9	• Fluxos de caixa	7.5	X	X
10	• Contas de ordem	7.5	X	X
11	• Operações de tesouraria	7.6	X	X
12	• Caracterização da entidade	8.1	X	X
13	• Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	X	
14	• Modificações do orçamento – receita	8.3.1.1	X	X
15	• Modificações do orçamento – despesa	8.3.1.2	X	X
16	• Modificações ao Plano plurianual de investimentos	8.3.2	X	X
17	• Contratação administrativa - Situação dos contratos	8.3.3	X	
18	• Transferências correntes - despesa	8.3.4.1	X	
19	• Transferências de capital - despesa	8.3.4.2	X	
20	• Subsídios concedidos	8.3.4.3	X	
21	• Transferências correntes - receita	8.3.4.4	X	
22	• Transferências de capital - receita	8.3.4.5	X	
23	• Subsídios obtidos	8.3.4.6	X	
24	• Activos de rendimento fixo	8.3.5.1	X	
25	• Activos de rendimento variável	8.3.5.2	X	
26	• Empréstimos	8.3.6.1	X	X
27	• Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	X	X
28	• Relatório de gestão	13	X	X
<b>OUTROS DOCUMENTOS</b>				
29	• Guia de remessa		X	X
30	• Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta		X	X
31	• Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X	X
32	• Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X	X
33	• Síntese das reconciliações bancárias		X	X
34	• Mapa de Fundos de Maneio		X	X
35	• Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X	
36	• Relação de acumulação de funções		X	X
37	• Relação nominal de responsáveis		X	X